



**PRESERVAR E RECUPERAR O MEIO AMBIENTE
E SUA SUSTENTABILIDADE**

PRESERVAR E RECUPERAR O MEIO AMBIENTE E SUA SUSTENTABILIDADE

A Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, estabelecida pela Lei no 10.431, de 20 de dezembro de 2006, visa assegurar o desenvolvimento sustentável e a manutenção do ambiente propício à vida, em todas as suas formas, a ser executada de forma descentralizada, integrada e participativa. É incumbência do Poder Público e da coletividade defender, preservar, conservar e recuperar o meio ambiente.

Nesse sentido, o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, vem promovendo a qualidade de vida para os baianos, através da gestão integrada, sustentável e participativa das ações ambientais, com políticas públicas associadas, garantindo a expressão da vida em todas as suas formas e cuidando do meio ambiente para presentes e futuras gerações.

Tendo como premissa básica a educação ambiental, o Governo do Estado vem desenvolvendo atividades no sentido de reforçar o seu papel legal de promotor da educação ambiental em seus aspectos formal e não formal. Instituir uma política de educação ambiental junto com a sociedade é a proposta da consulta pública que está sendo realizada em todo o Estado, por meio da Comissão Interinsti-

tucional de Educação Ambiental – Ciea e a Secretaria do Meio Ambiente. A Ciea está pautada na Política e no Programa Nacional de Educação Ambiental e na Política e no Programa Estadual de Educação Ambiental, de forma descentralizada, democrática e participativa, buscando construir canais de diálogo para a efetiva implantação desta Política. É composta por representantes de instituições governamentais e não-governamentais, das esferas estaduais e municipais, do setor ambiental, educacional, empresarial e dos trabalhadores. A minuta do Projeto de Lei da Política de Educação Ambiental que será adotada na Bahia está sendo aprimorada em seminários realizados nos 26 Territórios de Identidade do Estado, buscando identificar os problemas ambientais de cada região.

Uma outra vertente da educação ambiental é a Universidade Popular das Águas – Unihidro, centrada em parcerias com universidades públicas da Bahia para formações complementares que visem a melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida das pessoas e dos segmentos sociais envolvidos. Diferenciada pelo caráter aberto e não-corporativo da política de águas, assegura-se da ampla acessibilidade aos usuários e representações da sociedade civil a conhecimentos dedicados aos recursos hídricos, meio ambiente e



Pólo Florestal de Jequié

SEMA/Ascom

desenvolvimento, gestão participativa e integração de implementação de políticas públicas. Em 2008, foram ministrados cursos de pós-graduação, cursos de extensão e cursos de aperfeiçoamento, este último tendo 165 pessoas capacitadas.

Cabe registrar que a partir da promulgação da Lei 11.050, de 06 de junho de 2008, foi possível reorganizar institucionalmente o Sistema Estadual do Meio Ambiente – Sisema, cabendo ao Instituto do Meio Ambiente – IMA, autarquia vinculada à SEMA, atribuições executivas relacionadas a área florestal, como acompanhar as ações referentes ao ordenamento, controle e uso dos recursos florestais, faunísticos e aquáticos do Estado.

Dessa forma, o Governo do Estado, por intermédio do IMA, vem desenvolvendo estudos para a implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Agroindustrial do Extremo Sul da Bahia e do Porto Sul, em Ilhéus. Também está sendo iniciada a Avaliação Ambiental Estratégica da Baía de Todos os Santos para os programas do Pólo Estaleiro, o Programa Local de Desenvolvimento da Maricultura e do Turismo.

O Governo do Estado tem feito avanços importantes no sentido de definir estratégias integradas e compartilhadas de monitoramento, fiscalização e controle ambiental, atendendo ao exposto no Plano Plurianual 2008–2011. Assim, a Secretaria do Meio Ambiente, no ano de 2008, no que se refere ao controle ambiental, atendeu a 1.734 processos de licenças ambientais, dos quais 1.268 foram referentes a pedidos de licença, significando em incremento de 25% de solicitação por licenças ambientais em relação ao ano anterior. No mesmo período, foram finalizados 1.236 processos de licenciamento, representando um aumento de 16% em comparação ao ano de 2007. Neste quantitativo estão incluídos 27 empreendimentos de porte excepcional e 74 de grande porte, que representam investimentos importantes para o Estado da Bahia.

Ainda, no sentido de reforçar o controle ambiental, o Governo do Estado, no âmbito das ações emergenciais, tem utilizado um conjunto moderno e articulado de sistemas de informática que possibilita o controle em tempo real de todas as ações nas áreas de avaliação, licenciamento e fiscalização ambiental, autos de infração, notificações, autorizações e demandas judiciais e administrativas, refletindo na eficiência das ações. Exemplos são os sistemas informatizados dos Programas de Georreferenciamento – Geobahia e o do Gestão de Processos – Cerberus.

A partir do Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental foi possível o mapeamento da cobertura vegetal e do uso da terra dos corredores Una–Lontras–Baixão no Sul, e na Região do Extremo Sul, o Corredor Monte Pascoal–Descobrimento e da Porção Terrestre do Corredor Marinho. Também o sistema desenvolve diversos mapeamentos destinados à elaboração de um diagnóstico espacial acerca da monocultura de eucalipto no Sul e Extremo Sul da Bahia. Esse trabalho evidenciou a necessidade de se definir critérios para a delimitação das áreas efetivamente comprometidas pelos plantios ou que estão sob sua influência, em função do processo de concentração fundiária em curso e das áreas agricultáveis disponíveis. Um outro mapeamento foi o da carcinicultura no Litoral da Bahia, que identificou as áreas irregulares e assim podem ser elaborados mapas temáticos.

Buscando conferir maior agilidade, integração de atividades e de procedimentos e a eficácia das ações de fiscalização ambiental, o Governo do Estado, por intermédio do IMA, inaugurou, neste ano de 2008, a Base Ambiental do Sistema de Proteção Legal da Mata Atlântica–Sisprot. Situada em Amargosa, a 240 quilômetros de Salvador, é considerada um novo modelo de fiscalização integrada contra o desmatamento da Mata Atlântica. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o IMA, o Ministério Público Estadual, a Secretaria de Segurança Pública e a prefeitura local. A atuação conjunta vai possibilitar maior desdobramento judicial das ações de fiscalização ambiental, em Amargosa e municípios vizinhos. Também as regiões Sul, Baixo Sul e Extremo Sul terão suas bases ambientais.

No que tange às ações de fiscalização, os resultados alcançados, neste ano de 2008, são auspiciosos. Foram realizadas 1.651 ações sistemáticas e rotineiras a fim de coibir diversas infrações ambientais. Essas ações geraram um crescimento do resultado obtido pela fiscalização ambiental do Estado, em torno de 67%, quando comparado ao ano anterior.

Dentre as ações de monitoramento e controle ambiental, merece destaque o Programa Monitora, lançado pelo Governo do Estado, em novembro de 2007. O Monitora é um programa transversal e uma ferramenta de gestão, que está sob a competência do Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá, órgão gestor das águas doces na Bahia. Possibilita aos Comitês de Bacias e ao Governo do Estado ter o conhecimento da qualidade das principais bacias hidrográficas do Estado da Bahia, uma vez que a Bahia não realizava monitoramento sistemático de seus rios para identificação de prováveis despejos de esgotos domésticos sem tratamento. O objetivo do Monitora é assegurar, de forma sustentável, a necessária disponibilidade de água, em

padrões de qualidade adequados aos respectivos usos da população baiana, conforme prevê a Lei de Recursos Hídricos 10.432/06.

Diante disso, em atendimento às políticas nacional e estadual de recursos hídricos, em 2008, foi implementado o monitoramento sistêmico trimestral e estabelecidos procedimentos para análise e disponibilização dos resultados das campanhas dos monitoramentos.

A Baía de Todos os Santos, considerada prioritária para o Governo do Estado e também uma Área de Proteção Ambiental – APA, representa hoje uma das grandes áreas onde a ação do homem sobre o meio ambiente é muito grande. O processo de industrialização regional, com início na década de 1950, provocou uma rápida expansão demográfica e contribuiu significativamente para o desencadeamento de problemas ambientais que, ao longo do tempo, foram emergindo de maneira, muitas vezes, irreversível. O Governo da Bahia, neste ano de 2008, assumiu desafios no cumprimento de responsabilidades sociais e ambientais e, para tanto, vem incentivando atividades de monitoramento e avaliação da qualidade ambiental desse ecossistema, a fim de minimizar os danos ambientais e incentivar o turismo, seja com a instalação de estaleiros como de canteiros industriais offshore.

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, é uma ferramenta da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/81) e tem como principal função o planejamento do uso do solo baseado nas características de cada localidade, de forma a mapear o potencial de cada região, definindo os usos possíveis sem comprometer seus recursos naturais e o meio ambiente.

O ZEE é um meio de restringir o uso do solo, uma vez que define quais atividades podem ou não ser executadas em cada região delimitada. Essa restrição visa garantir o uso adequado e sustentável em longo prazo, obedecendo a uma análise minuciosa e integrada de todas as variáveis envolvidas na questão da influência antrópica na região versus a capacidade de suporte.

Diante disso, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia – ZEE/BA constitui um instrumento de gestão ambiental que expressa às diversas variáveis do desenvolvimento sustentável do Estado. Foi criado com o intuito de disciplinar e dar maior racionalidade ao uso dos recursos ambientais e proteção ao meio ambiente.

No ano de 2008, o conceito de zoneamento para o Estado passou por novas concepções, de modo que o Governo do Estado o elaborará de

forma conjunta com os planos mestres e ações de desenvolvimento econômico da Secretaria do Planejamento – SEPLAN. Dessa forma, o ZEE/BA não será apenas um instrumento de gestão ambiental, mas sim, de planejamento para todo o Estado.

O Governo da Bahia, empenhado em manter o pleno desenvolvimento da Política de Recursos Hídricos do Estado, iniciou a preparação dos projetos que compõem a segunda etapa do Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos – PGRH II em atenção ao PPA 2008–2011. Este é um dos primeiros projetos inteiramente voltados para o gerenciamento dos recursos hídricos. O benefício agregado desse projeto é a descentralização participativa da gestão hídrica e o fortalecimento e estruturação do Estado para uma gestão integrada da utilização da água. Em virtude de novos entendimentos entre o Governo Estadual e o Banco Mundial, a partir de 2008, o PGRH II passou a ter um novo enfoque visando ao desenvolvimento setorial amplo, o qual abrangerá ações de saúde, recursos hídricos, saneamento e de planejamento, no montante estimado de US\$ 60 milhões.

Em consonância com o Plano Plurianual 2008–2011, o Governo da Bahia tem dedicado especial atenção às Áreas de Proteção Ambiental. O Estado da Bahia tem aproximadamente 11% do seu território definido como Unidades de Conservação – UC, também denominados espaços especialmente protegidos. Essas áreas, somadas às Unidades de Conservação Federais, elevam o índice de UC para 13% do território, sem considerar as áreas já protegidas por leis, reservas legais e áreas de preservação permanente.

Assim, neste ano de 2008, foram feitas avaliações técnicas das UC visando fortalecer as já estruturadas, bem como regularizar e elaborar planos de manejo e formação dos comitês nas demais unidades de conservação. Foram realizadas 53 orientações prévias em Unidades de Conservação visando implantação de futuros empreendimentos, em especial no âmbito turístico e residencial, sendo que as principais áreas de interesse estão localizadas na região do Litoral Norte, Região Metropolitana de Salvador e no Baixo Sul, demonstrando a tendência atual e futura de investimentos privados nacionais e internacionais.

Uma outra iniciativa do Governo do Estado, de grande destaque, neste ano de 2008, foi a formulação do Projeto Agenda 21 Bahia. Esse projeto visa promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social, além de garantir a sustentabilidade ambiental do Estado. O Projeto Agenda 21 Bahia vai direcionar suas ações em oito Territórios de Identidade (Oeste Baiano, Chapada Diamantina, Me-

tropolitano de Salvador, Recôncavo, Baixo Sul, Litoral Sul e Semi-árido Nordeste II e Itaparica) que possuem Unidades de Conservação – UC, e busca promover e articular debates com todos os atores sociais, conselheiros estaduais e gestores das referidas UCs, para a construção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável com foco na preservação da biodiversidade.

Um dos programas com forte atuação, desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente, é o Programa de Recomposição das Matas Ciliares, que tem como objetivo promover a conservação, a melhoria e o aumento dos níveis de qualidade ambiental nos ecossistemas ribeirinhos, através da proteção e da recomposição das matas ciliares em áreas críticas de bacias hidrográficas do Estado, em parceria com organizações não-governamentais e associações de produtores rurais.

Para tanto, foram assinados, ao longo de 2008, convênios com Organizações Não Governamentais – ONGs e a Companhia de Eletricidade da Bahia – Coelba para implantação de viveiros florestais e recuperação de áreas degradadas como forma de compensação ambiental. Os projetos prevêm a produção de mais de 370 mil mudas/ano e a recuperação de mais de 550ha. Também estão sendo assinados Termos de Compromisso entre a Mirabela Mineração do Brasil Ltda e duas ONGs, para fiscalização de ações de implantação de viveiro florestal.

Outro projeto que merece ser destacado é o Mata Branca, cujo objetivo é o de contribuir para a preservação, conservação e manejo sustentável da biodiversidade do Bioma Caatinga nos Estados da Bahia e do Ceará, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus habitantes, através da introdução de práticas de desenvolvimento sustentável. O Bioma Caatinga é único no mundo e apresenta uma grande variedade de paisagens, riquezas biológicas e endemismos. Em conjunto, os estados da Bahia e do Ceará detêm cerca de 60% da sua área total. Cerca de 70% da população do Ceará reside na área do Bioma, enquanto na Bahia o índice é de 50%.

Para contribuir com a redução da pressão antrópica e conseqüente redução da degradação dos recursos naturais, o Projeto Mata Branca está estruturado nos seguintes componentes: 1) Apoio a instituições e políticas públicas para Gestão Integrada do Ecossistema; 2) Subprojetos Demonstrativos: promoção de práticas de Gestão Integrada do Ecossistema; e 3) Monitoramento & Avaliação (M&A), Disseminação e Gestão do Projeto. Está previsto para ser executado no prazo de cinco anos. Em 2008 foram investidos no Mata Branca mais R\$ 27,5 milhões, o que totaliza R\$ 31 milhões, aplicados em dois anos.

Ainda com relação à preservação e conservação de biomas no Estado da Bahia, merece relevância a inauguração, este ano de 2008, do Laboratório de Sementes Nativas do Bioma Cerrado e a reabertura do Herbário. O Laboratório de Sementes Nativas está dando suporte ao Viveiro de Pesquisas e Produção de Mudas de Plantas Nativas do Bioma Cerrado e já foram produzidas mais de 51 mil mudas utilizadas para recomposição de áreas degradadas no município de Barreiras. O viveiro tem capacidade para produzir cinco mil mudas/mês. O Herbário apóia o desenvolvimento de dois projetos com bolsa de Iniciação e mais oito projetos que são desenvolvidos pelos voluntários.

Cabe registrar o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que representa um esforço comum de articulação e integração, executado entre os vários órgãos de governos em todas as esferas, no qual se coloca o conhecimento da realidade e a participação dos múltiplos segmentos governamentais e da sociedade como instrumentos para a promoção da revitalização e do desenvolvimento sustentável na Bacia.

Outra forte atuação do Governo do Estado é na área de regularização fundiária em áreas protegidas, cujo objetivo é restaurar a paisagem, a biodiversidade e a conservação dos solos e recursos hídricos, aliado à geração de trabalho e renda e a promoção e o desenvolvimento das comunidades rurais. Com esse intuito, o Governo vem trabalhando para regularizar a área do Parque Estadual Serra do Conduru – Pesc, através do Programa Floresta Bahia Global, uma vez que algumas áreas são de domínio particular definido e outras são ocupadas por posseiros. O Parque já tem mais de 40% das suas terras regularizadas, com 76 processos abertos. Destes, 46 encontram-se com documentação pendente e 30 em tramitação.

O Programa Floresta Bahia Global é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, e visa à promoção de ações de recuperação da cobertura vegetal dos biomas baianos e a descarbonização das atividades humanas, promovendo o sequestro de carbono e contribuindo para minimização dos efeitos das mudanças climáticas. Esse programa visa à criação de marco regulatório e metodologia de referência para a adoção de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL, com a emissão de títulos equivalentes aos Certificados de Emissões Reduzidas – CERs, denominados no âmbito do programa de Créditos de Carbono Zero – CCZs.

Em 2008 foi lançado, pelo Governo do Estado, o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada, contando com a presença de 250 pessoas, entre prefeitos, representantes dos órgãos municipais

de meio ambiente, representantes dos órgãos do Estado e da União, sociedade civil, membros de conselhos e fóruns da área ambiental. O Programa Gestão Ambiental Compartilhada – GAC cumpre uma diretriz do Governo Estadual de descentralizar a gestão pública, fortalecendo os órgãos municipais de meio ambiente para o exercício de sua competência. Tem como principal objetivo dar condições aos municípios para que ocupem um papel mais ativo na gestão das questões ambientais locais, possibilitando a articulação dos governos municipais entre si e com os órgãos ambientais governamentais.

No exercício de 2008, o Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepam, órgão consultivo, normativo, deliberativo e recursal do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais, alcançou a marca da 325ª reunião ordinária, fato este que representa o esforço e o comprometimento de todos os seus integrantes no engajamento das políticas públicas e da gestão participativa, visando, acima de tudo, a promoção do desenvolvimento sustentável.

Dando prosseguimento às iniciativas geradas em 2007, quanto ao fortalecimento do poder de gestão dos comitês de bacia hidrográfica, o Governo do Estado criou mais quatro comitês, sendo eles: Rio Grande, Lago de Sobradinho, Rio de Contas e Corrente. Isso representa um aumento de 35,3% na meta de implantação de comitês prevista no PPA 2008–2011, e avança promovendo a difusão da importância da conservação e uso racional das águas, difusão da política estadual de recursos hídricos e implementação da política estadual de recursos hídricos.

Um dos desafios contemporâneos é conciliar a redução do uso dos recursos naturais ao aumento da produção – a eco-eficiência, que busca otimizar os processos industriais no sentido de reduzir o consumo de energia e de insumos, além de minimizar a geração de resíduos.

Nessa perspectiva o Governo da Bahia vem trabalhando para difundir os conceitos de Produção mais Limpa – P+L e de Consumo Sustentável, destacando-se a articulação institucional para a implementação da Mesa Baiana de Produção e Consumo Sustentável, com a discussão da proposta do seu Regimento Interno e aprovação de três temas a serem desenvolvidos pela mesa: Compras Sustentáveis, Consumo Consciente e Aplicação de P+L em atividades produtivas.

As diversas ações executadas pelo Governo do Estado, na área ambiental, buscam sempre atingir ou até mesmo superar as metas propostas, apresentadas no Plano Plurianual 2008–2011, num esforço de aprimoramento contínuo. O trabalho vem se consubstanciando

no planejamento, na definição das políticas ambientais e na integração de todos os órgãos que compõem a estrutura.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A construção da Política de Educação Ambiental no Estado da Bahia, coordenada pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, tem centrado os seus esforços na concepção e implementação de políticas públicas estruturantes e transversais, capazes de gerar processos e práticas que venham fortalecer grupos sociais no exercício de uma educação emancipatória, dialógica e libertadora, pautada na sustentabilidade da vida.

Dessa forma, e referenciada na Política Nacional de Educação Ambiental – Pnea, a Política de Educação Ambiental no Estado da Bahia vem desenvolvendo as seguintes atividades:

- a) Elaboração da Política Estadual de Educação Ambiental;
- b) Capacitação de Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental – EA;
- c) Elaboração e Implementação do Programa de EA do Estado da Bahia;
- d) Fomento aos Coletivos Educadores e Coletivos Jovens de Meio Ambiente no Estado.

Consulta Pública da Minuta do Projeto de Lei de Educação Ambiental – Plea

Para a divulgação e análise da minuta do Projeto de Lei da Educação Ambiental do Estado da Bahia, foi concebida a Consulta Pública, que tem como pano de fundo a contextualização da Educação Ambiental – EA nos diversos Territórios de Identidade; a identificação de problemas; os conflitos socioambientais e potencialidades; a perspectiva de levantar indicadores para a construção do Programa de Educação do Estado da Bahia e os Planos de Educação Ambiental nos Territórios, resultando no fortalecimento da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – Ciea/BA.

De acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental – Pnea (descentralização institucional, participação e controle social), a SEMA apóia a realização dos Seminários de Consulta Pública nos 26 Territórios de Identidade, convocando representantes de todos os setores da sociedade para discutir a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia.

Foram realizadas, no exercício de 2008, seis Consultas Públicas nos seguintes Territórios de Identidade: Irecê, Sisal, Sertão do São Francisco, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina.

Transversalização da Educação Ambiental no Governo do Estado da Bahia

Foi componente essencial das ações da SEMA trabalhar a educação ambiental na perspectiva da transversalidade, possibilitando um diálogo interdisciplinar e intersetorial permanente com o conjunto do Governo do Estado, expresso na participação nas conferências de Meio Ambiente, comissões e colegiados, câmaras técnicas, seminários e fóruns, grupos de trabalho e temáticos.

Nesse sentido, foram promovidos dois encontros entre as secretarias de Governo, tendo como principais resultados: (i) a grande mobilização e participação de representações de gestores e técnicos de Secretarias de Governo e autarquias; (ii) a percepção de muito interesse nas proposições da SEMA; (iii) uma maior visibilidade das políticas públicas em desenvolvimento no Estado, que apontam cada vez mais para o desenvolvimento sustentável como opção de sustentação política para uma agenda ambiental comum; (iv) atores sociais sensibilizados protagonizando o processo de construção da transversalidade; (v) a identificação de interfaces que geram alternativas de resposta inovadora ao desafio da construção da transversalidade.

UNIVERSIDADE POPULAR DAS ÁGUAS – UNIHIDRO

Após reformulação no primeiro ano de Governo, a Universidade Popular das Águas – Unihidro, deflagrou o processo educacional, centrado em parcerias com universidades públicas da Bahia, para formações complementares que visem a melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida das pessoas e dos segmentos sociais envolvidos.

Diferenciada pelo caráter aberto e não corporativo da política de águas, a Unihidro assegura-se da ampla acessibilidade aos usuários e representações da sociedade civil a conhecimentos dedicados aos recursos hídricos, ao meio ambiente e desenvolvimento, a gestão participativa, a integração e a implementação de políticas públicas. Dois programas de mestrado e uma especialização em educação ambiental estão em andamento.

Os primeiros resultados dos cursos foram apresentados através de projetos de alunos do Mestrado em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente – MCTA, em seminários que ocorreram no Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá. e em Teresina, no Estado do Piauí.

Em 2008, além dos cursos de pós-graduação, a Unihidro deu continuidade às ações de capacitação através dos cursos apresentados na Tabela 1 e definiu os projetos do mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

REGULAÇÃO AMBIENTAL

REGULAMENTAÇÃO DA OUTORGA

Dando prosseguimento à regulamentação da outorga iniciada no ano de 2007, o Ingá publicou a Instrução Normativa – IN nº 06, de 21 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre critérios técnicos referentes à outorga e dispensa para fins de construção de barragens em corpos de água de domínio do Estado da Bahia.

REGULAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

Em 2008, foi publicado o decreto nº 10.943, de 03 de março de 2008, que dispõe sobre a fiscalização do uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, de domínio do Estado da Bahia, regulamentando o Capítulo VII, da Lei nº 10.432, de 20 de dezembro de 2006. O citado decreto estabelece a competência do Ingá para fiscalizar, com poder de polícia administrativa, os usos dos recursos hídricos nos corpos de água de domínio do Estado.

REGULAÇÃO DAS AÇÕES DE ORDENAMENTO, CONTROLE E USO DOS RECURSOS FLORESTAIS, FAUNÍSTICOS E AQUÁTICOS DO ESTADO

Com a Lei 11.050, de 06 de junho de 2008, que reorganizou o Sistema Estadual do Meio Ambiente – Sisema, coube ao Instituto do Meio Ambiente – IMA coordenar, executar e acompanhar as ações referentes ao ordenamento, controle e uso dos recursos florestais,

Tabela 1

CURSOS DIVERSOS DA UNIHIDRO BAHIA, 2008

CURSO	PERÍODO	PARTICIPANTES
Instrumento educativo preparatório para o Programa Agentes Voluntários das Águas	fevereiro	23
Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos no Estado	abril e outubro	60
Formação de Agentes Voluntários das Águas	agosto	23
Nivelamento em áreas básicas (português e lógica matemática)	setembro	59
TOTAL		165

Fonte: SEMA/SRH/Coeg

faunísticos e aquáticos do Estado, ficando a SEMA responsável pela formulação de políticas, desenvolvimento de estudos e instrumentos de planejamento. A nova Lei foi regulamentada pelo decreto 11.235, de 10 de outubro de 2008. A partir deste decreto, o IMA participa ainda do licenciamento, no que se refere às atividades agrossilvopastoris, especialmente na autorização de supressão de vegetação, aprovação de localização da Reserva Legal e registro do Termo de Compromisso de Responsabilidade Ambiental – TCRA.

CONTROLE AMBIENTAL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em 2008 foram formados 1.734 processos, dos quais 1.268 referentes a pedidos de licença, significando um incremento de 25% de solicitação por licenças ambientais, em relação a 2007.

Neste mesmo período, foram finalizados 1.236 processos de licenciamento, representando um aumento de 16% em comparação ao ano anterior. Neste quantitativo estão incluídos 27 empreendimentos de porte excepcional e 74 de grande porte, que representam investimentos importantes para o Estado da Bahia, inclusive para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

O Governo do Estado, por intermédio da SEMA, está desenvolvendo estudos para a implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Agroindustrial do Extremo Sul da Bahia e do Porto Sul, em Ilhéus. Está sendo iniciada, também, a Avaliação Ambiental Estratégica da Baía de Todos

os Santos para os programas do Pólo Estaleiro, o Programa Local de Desenvolvimento da Maricultura e do Turismo.

Comissões Técnicas de Garantia Ambiental – CTGA

A implementação das Comissões Técnicas de Garantia Ambiental – CTGA, nas instituições públicas do Governo Estadual, atende aos princípios da co-responsabilidade no planejamento e execução de ações setoriais, incorporando os princípios, objetivos e diretrizes da política ambiental do Estado da Bahia.

Em termos de capacitação foram realizadas: a) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, para a criação da sua CTGA; b) Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia – Conder, objetivando fortalecer a sua CTGA.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS HÍDRICOS

Visando a otimização da fiscalização ambiental, a SEMA, por meio do Instituto de Gestão das Águas e Climas – Ingá, tem por atribuições a análise prévia de documentos acostados aos autos de infração, bem como a emissão de notas técnicas com vistas a subsidiar decisões das autoridades julgadoras.

Ações da Fiscalização

O Quadro 1 resume as ações e campanhas de fiscalização realizadas em 2008.

Quadro 1

AÇÕES E CAMPANHAS DE FISCALIZAÇÃO REALIZADAS BAHIA, 2008

AÇÃO/CAMPANHA	MUNICÍPIO	TIPO	BACIA
Encruzilhada	Encruzilhada e outros	Pontual	Rio de Contas
Fiscalização Preventiva Integrada - FPI (16ª edição)	Barra e outros	Pontual	São Francisco
Lagoas de Remanso	Remanso e outros	Pontual	São Francisco e Paraguaçu
Rio Verde	Irecê, Itaguaçu e outros	Pontual e Sistemática	Rio Verde
FPI (17ª edição) - I Etapa	Santa Maria da Vitória e outros	Pontual	São Francisco
Rio Cochó	Seabra, Almadina e outros	Pontual	São Francisco, Paraguaçu, Recôncavo Sul e Leste
Rio Salitre	Juazeiro, Campo Formoso, Mirangaba e outros	Pontual e Sistemática	Bacia do Rio Salitre
Rio Brumado	Livramento, Dom Basílio e Seabra	Pontual e Sistemática	Bacia do Rio de Contas
FPI (17ª edição) - II Etapa	Santa Maria da Vitória e outros	Pontual	São Francisco
Água Fria	Barra do Choça, Seabra e Wagner	Pontual e Sistemática	Bacia do Pardo e Paraguaçu

Fonte: SEMA/Ingá

Foram realizadas diversas vistorias no Território Metropolitano de Salvador, sendo as principais a obra de macrodrenagem do canal da avenida Centenário, a construção de canal no bairro de Mussurunga e dos empreendimentos que utilizam recursos hídricos da Estrada do Coco e Linha Verde, no Litoral Norte, além da Granja Martins, localizada no Município de Riachão do Jacuípe, no Território Bacia do Jacuípe.

FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES IMPACTANTES DO MEIO AMBIENTE

Ações Emergenciais

O processo de melhoria dos serviços prestados à comunidade teve continuidade em 2008, com o trabalho de ampliação e consolidação da presença do IMA em todo o Estado. Como estratégia de descentralização da gestão ambiental, dos 13 escritórios existentes, cinco já foram totalmente reformados. Também, foram inauguradas três novas unidades regionais – em Salinas da Margarida, Camaçari e Itaberaba – e a primeira Base Ambiental da Bahia, em Amargosa, priorizando áreas sob forte pressão e conflitos de uso.

Ainda visando ampliar o controle ambiental no interior do Estado, a parceria com o Ministério Público Estadual – MPE, foi fortalecida e consolidada com a criação das Bases Ambientais, que funcionam unindo ações da SEMA, da Secretaria de Segurança Pública – SSP, do MPE e da Prefeitura Municipal do Salvador.

Em busca de dar boas condições de trabalho aos técnicos da fiscalização e melhorar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das atividades, principalmente na área de atendimento a situações

emergenciais, foram locados 12 veículos tipo Frontier (Nissan) e L 200 (Mitsubishi) com tração 4x4, uma lancha de 26 pés, uma aeronave do tipo helicóptero, recuperadas duas lanchas Fishing 22, aquisição de um Flexboat com capacidade para oito passageiros, além de equipamentos e materiais como máquinas fotográficas digitais, Sistema de Posicionamento Global – GPS e Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

A utilização efetiva na fiscalização dos Programas de Georreferenciamento – Geobahia e o Programa de Gestão de Processos – Cerberus, de forma integrada, auxiliou na espacialização das informações geradas durante a fiscalização, refletindo na eficiência das ações.

Foi criada uma comissão para gerenciar as informações do Cadastro Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais – Ceapp. Essas informações possibilitarão uma melhor gestão sobre o recolhimento das Taxas de Controle e Fiscalização Ambiental – TFA/BA, ampliando a arrecadação dos recursos.

Outra iniciativa do Governo da Bahia, tornou mais acessível o contato do público. Foi a presença de um trailer, durante as ações de fiscalização, propiciando maior participação das comunidades e atendendo prontamente às denúncias que são feitas no local.

Para a prevenção e o combate aos incêndios florestais na Chapada Diamantina, foi realizada, em 2008, uma operação planejada de fiscalização em três etapas, durante os meses de julho e agosto e, a partir de setembro, operações emergenciais em conjunto com os Brigadistas e o Corpo de Bombeiros de Lençóis, em articulação com a Defesa Civil (Quadro 2).



Reforço aéreo, marítimo e terrestre



Robison Mendes/Agcom

Quadro 2

AÇÕES E CAMPANHAS DE FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES IMPACTANTES DO MEIO AMBIENTE
BAHIA, 2008

AÇÃO/CAMPANHA	OBJETIVO	MUNICÍPIO
Silvicultura – Áreas de Fomento Florestal das Empresas Aracruz e Suzano Papel e Celulose	Verificar em campo o cumprimento das normas legais das licenças emitidas	Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Jucuruçu, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Itanhém, Lajedão, Medeiros Neto e Vereda
Operação Planejada Barragens Joanes e Ipitanga	Operações continuadas de fiscalização para identificação e repressão de ocorrências diversas no entorno das barragens Ipitanga I, II e III e Joanes I e II	Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Candeias, São Sebastião do Passé, Salvador e Dias D'Ávila
Operação Mandacaru	Atender denúncias sobre desmatamento e produção de carvão	Jequié, Lafayette Coutinho, Manoel Vitorino, Gongogi, Nova Ibiá, Barra da Estiva, Ituaçu, Irajuba, Itaquara, Jaguaquara, Camamu e Ipiáú
Silvicultura – Áreas de Fomento Florestal das Empresas Aracruz e Suzano Papel e Celulose	Realizar inspeção em campo nas áreas de fomento florestal das empresas Aracruz e Suzano Papel e Celulose	Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Jucuruçu, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Itanhém, Lajedão, Medeiros Neto e Vereda
Fiscalização Preventiva Integrada – FPI – Região Oeste – Etapa Educação Ambiental	Realização de oficinas de educação ambiental nos municípios integrantes da 16ª etapa da FPI	Barra, Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, Buritirama, Mansidão, Xique-Xique, Morpará e Ibotirama
FPI – Região Oeste – Etapa de Fiscalização	Realização de atividades fiscalizatórias em conjunto com diversos órgãos, visando identificar e coibir infrações ambientais	Barra, Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, Buritirama, Mansidão, Xique-Xique, Morpará e Ibotirama
FPI Jacobina	FPI – Fiscalização Preventiva Integrada para identificar e coibir infrações na área de mineração	Jacobina e Miguel Calmon
Operação Centro Industrial do Subaé – CIS	Fiscalizar empreendimentos que operam sem a devida licença ambiental na região do Centro Industrial do Subaé	Feira de Santana
Timbó	Verificar em campo as denúncias de devastação da Mata Atlântica na região	Ubairá, Amargosa e Brejões
Operação ETES	Operação planejada em conjunto com o Ministério Público para fiscalização nas Estações de Tratamento de Esgoto	Itaberaba, Lençóis, Ipirá e Palmeiras
Operação Angico – Tremedal	Fiscalização na região de Tremedal e Vitória da Conquista para verificação de desmatamentos	Tremedal e região de Vitória da Conquista
Copaíba – Bom Jesus da Lapa	Fiscalização na região de Bom Jesus da Lapa e região de Barreiras para verificação de desmatamentos	Bom Jesus da Lapa e região de Barreiras
Fiscalização do SES	Fiscalização dos sistemas de esgotamentos sanitários dos municípios	Cruz das Almas, Castro Alves e Milagres
Bomba em Camamu	Fiscalização da pesca com explosivos	Camamu, Maraú, Ituberá e Igrapiúna
FPI – 17ª Etapa	Fiscalização em parceria do Ministério Público, Crea, Ibama, DNPM, Ingá, Adab, PRF e Coppa a empreendimentos com ou sem licença ambiental com risco de degradação ambiental*	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Tabocas, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Feira da Mata
Operação Chapada – 1ª Etapa	Operação de prevenção e monitoramento de incêndios florestais na Região da Chapada Diamantina	Lençóis, Rio de Contas e Morro do Chapéu
Operação Chapada – 2ª Etapa	Operação de prevenção e monitoramento de incêndios florestais na Região da Chapada Diamantina	Lençóis, Rio de Contas e Morro do Chapéu
Operação Chapada – 3ª Etapa	Operação de prevenção e monitoramento de incêndios florestais na Região da Chapada Diamantina	Lençóis, Rio de Contas e Morro do Chapéu
Operação Jequié	Atender denúncias de desmatamento em área de supressão não autorizada de lenha	Jequié, Jitaúna, Ipiáú, Itagi, Itagibá, Barra do Rocha, Ubatã, Jaguaquara, Florestal, Itiúba, Maracás, Manoel Vitorino, Lafayette Coutinho e Apuarema
Operação Camamu – Maraú	Operação de verificação de irregularidades ambientais	Maraú, Ibirapitanga, Canavieiras, Camamu, Arataca, Camacá e Itacaré
Operação Guanambi	Fiscalizar as atividades de cerâmica	Caculé, Guanambi, Candiba, Carinhanha, Ibiassucê, Igaporã, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Mortugaba, Tanque Novo e Urandi
Fiscalização na Baía de Todos os Santos	Ações de fiscalização ambiental na Baía de Todos os Santos e entorno	Cachoeira, Cairu, Maragogipe, Saubara, Vera Cruz e entorno
Itaberaba	Ações de fiscalização ambiental na Região de Itaberaba	Itaberaba, Abaíra, Piritiba, Mucugê e Rio de Contas

Fonte: SEMA/IMA

* Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá; Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab; Polícia Rodoviária Federal – PRF; Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – Coppa.

Foram realizadas, ainda, 1.651 ações de fiscalização sistemáticas e rotineiras a fim de coibir diversas infrações ambientais, conforme Tabela 2.

Em 2008, foi realizada a operação Carapeba (Quadro 3), de fiscalização sistemática com o uso de embarcações, aeronave e veículos. Tem como objetivo coibir a pesca predatória com a utilização de explosivos.

MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL – MONITORA

O Monitora é um programa transversal e uma ferramenta de gestão que possibilita aos comitês de bacias e ao Governo do Estado ter o

conhecimento da qualidade das suas principais bacias hidrográficas, uma vez que a Bahia não realizava monitoramento sistemático de seus rios para identificação de prováveis despejos de esgotos domésticos sem tratamento, o que poderia comprometer seriamente a água disponível para os diversos usos múltiplos previstos na Lei das Águas (Lei Federal 9.433/97).

Com isso, em atendimento às políticas nacional e estadual de recursos hídricos (Lei 9.433/97 e 10.432/06 respectivamente), em 2008, foi implementado o monitoramento sistemático trimestral e estabelecido procedimentos para análise e disponibilização dos resultados das campanhas desse monitoramento. Estas ações alimentam o Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos.

Tabela 2

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL BAHIA, 2004–2008

NOTIFICAÇÕES E AUTOS DE INFRAÇÕES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	ACUMULADO 2004–2007
Notificações	235	305	191	84	815
Advertências	511	486	412	395	1.804
Autos de infração de multa	109	329	284	417	1.139
Autos de infração de apreensão	9	57	18	104	188
Autos de infração de embargo	4	30	44	25	103
Autos de infração de interdição	11	46	17	81	155
Propostas de demolição	1	8	8	0	17
TOTAL	880	1.261	974	1.106	4.221

Fonte: IMA

Quadro 3

RESULTADOS DA OPERAÇÃO CARAPEBA BAHIA, 2008

MUNICÍPIO	ÓRGÃO	EXPLOSIVOS APREENDIDOS	OUTRAS APREENSÕES	PESCADO COM EXPLOSIVO	PESCADO (**)
Paraguaçu e Maragogipe	Ibama, IMA, Coppa	10 explosivos, 11 detonadores e 05 espoletas	06 espingardas, 01 lanterna, 06 cartuchos, 04 máscaras, 02 canoas, 04 remos.	88,5 Kg	–
Itaparica, Vera Cruz e Salinas	IMA, Ibama, CPC/PC e PM-Coppa		01 canoa	54,0 Kg	–
Vera Cruz, Itaparica, Jaguaripe, Salinas e Maragogipe	IMA, CPC/PC	05 explosivos	01 canoa e material de mergulho	3,5Kg	–
Itaparica	IMA, PM-Coppa	–	–	–	–
Salvador	IMA e CPC/CIVIL	03 explosivos	01 barco, material de mergulho	60,0Kg	–
Itaparica, Maragogipe, S. Francisco do Conde e Vera Cruz	Ibama, IMA, PM-Coppa	–	–	–	53,0Kg
Itaparica, Vera Cruz, Salinas, Jaguaripe, Maragogipe, Saubara e Madre de Deus	IMA		barco a motor, material de mergulho, 01 rede de pesca, 01 pedaço de pavió, 01 calça do Exército, 01 celular	30,0Kg	9 lagostas
Ilha de Carapituba, Manguinhos e Rio Paraguaçu	Ibama, PM-Coppa	03 explosivos e 03 espoletas	01 canoa, 01 catraia, 01 caiaque e petrechos de pesca, e 14 aves silvestres	05 peixes (perícia)	16,5kg
Ilha de Itaparica	Ibama, PM-Coppa	02 explosivos e 04 espoletas	–	10 kg de tainha	–
Salvador	IMA	–	–	–	–
Salvador, Madre de Deus, Santo Amaro, Itaparica, Vera Cruz, Maragogipe e Cachoeira	IMA	–	–	–	–

Fonte: SEMA/IMA/Ibama/Coppa/CPC/PC/PM
(**) lagosta, pito e camarão



Primeira fase do Programa Monitora



Ivan Baldivieso/Agcom

Foi estabelecido que o ano de 2008 seria de ajustes no Programa Monitora, tendo sido monitorado, nas quatro campanhas realizadas, 205, 207, 216 e 211 pontos de coletas, respectivamente. O Monitora prevê coletas nos principais rios baianos das 17 Regiões de Planejamento e Gestão das Águas – RPGAs, conforme o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

MONITORAMENTO DA BALNEABILIDADE DAS PRAIAS

O Monitoramento da Balneabilidade das Praias do Estado da Bahia (Quadro 4) tem como objetivos informar e orientar a população quanto à adequação das praias para o uso recreativo e fornecer subsídios às autoridades governamentais para a implantação de

Quadro 4

PERCENTUAL DAS CONDIÇÕES DE BALNEABILIDADE DAS PRAIAS DE SALVADOR BAHIA, 2008

PRAIA	LOCAL DA COLETA	PERCENTUAL %	
		PRÓPRIA	IMPRÓPRIA
São Tomé de Paripe	No meio da praia	100%	0%
Periperi	Atrás da estação férrea	57%	63%
Penha	Em frente à Igreja N. S. da Penha	100%	0%
Bogari	Em frente ao Colégio João Florêncio Gomes	100%	0%
Pedra Furada	Atrás do Hospital Sagrada Família	0%	100%
Boa Viagem	Ao lado do Forte	100%	0%
Roma	Em frente à rua Professor Roberto Correia	100%	0%
Canta Galo	Atrás da fábrica de refrigerantes Brahma	87%	13%
Porto da Barra	Em frente à rua Cezar Zama	100%	0%
Santa Maria	Em frente ao Hospital Espanhol	100%	0%
Farol da Barra	Em frente à rua Dias D'Ávila	100%	0%
Farol da Barra	Em frente à rua Alfredo Magalhães	100%	0%
Ondina	Em frente à rua Ademar de Barros	100%	0%
Ondina	Em frente ao posto Shell	100%	0%
Rio Vermelho	Em frente à rua Bartolomeu de Gusmão	100%	0%
Rio Vermelho	Em frente à Igreja N. S. Santana	100%	0%
Amaralina	Em frente à Escola Cupertino de Lacerda	100%	0%
Amaralina	Em frente à praça do Budião	100%	0%
Pituba	Em frente à rua Paraiba	100%	0%
Pituba	Atrás do Clube Português	100%	0%
Armação	Em frente ao Clube Inter. Pass	100%	0%
Boca do Rio	Em frente ao Posto Salva Vidas	70%	30%
Corsário	Em frente ao Posto Salva Vidas	100%	0%
Corsário	Em frente ao posto Salva Vidas Patamares	100%	0%
Piatã	Em frente ao Posto Salva Vidas	100%	0%
Placafor	Em frente ao Posto Salva Vidas	100%	0%
Itapuã	Em frente ao Clube Cassas	100%	0%
Itapuã	Em frente à Sereia de Itapuã	100%	0%
Farol de Itapuã	Em frente à rua K	100%	0%
Stella Maris	Em frente à antiga obra do hotel	100%	0%

Fonte: SEMA/IMA

medidas e ações saneadoras, visando à melhoria da qualidade ambiental das praias do Estado.

Litoral do Estado da Bahia

Foram avaliados trechos, contemplando um total de 109 pontos de amostragem, conforme detalhamento a seguir:

- Litoral Norte (Costa dos Coqueiros): Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Conde e Jandaíra;
- Litoral de Salvador e Baía de Todos os Santos (Orla Metropolitana e Suburbana): Salvador/Ilha de Maré, Madre de Deus, Santo Amaro, Saubara, Jaguaribe, Vera Cruz e Itaparica;
- Litoral Baixo Sul (Costa do Dendê): Valença, Cairu, Ituberá, Camamu e Maraú;
- Litoral Sul (Costa do Cacau): Itacaré, Ilhéus, Una e Canavieiras;
- Litoral Extremo Sul (Costa do Descobrimento): Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte; e,
- Litoral Extremo Sul (Costa da Baleia): Mucuri, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Prado.

Os resultados do monitoramento são disponibilizados à sociedade e aos meios de comunicação semanalmente, através do site www.ima.ba.gov.br.

Baía de Todos os Santos – BTS

Dada a importância da Baía de Todos os Santos, uma Área de Proteção Ambiental – APA, e prioridade do Governo, foram desenvolvidas as seguintes atividades de monitoramento e avaliação da qualidade ambiental nesse ecossistema:

- perfilamento da porção Noroeste (NW) da Baía de Todos os Santos – BTS: após os eventos de floração de microalgas "Maré Vermelha",

ocorrida nos meses de março e abril de 2007, continuou-se, em 2008, realizando o perfilamento nas águas da BTS, contemplando a superfície, meio e fundo, em seis pontos de amostragem situados entre a ponta de Saubara e a região estuarina do rio Paraguaçu; e

- elaboração de Plano de Monitoramento Ambiental: o plano teve como base estudos já realizados, que indicam o comprometimento ambiental da qualidade das águas, sedimentos e alterações na comunidade biótica em determinadas áreas da BTS. Esse comprometimento se deve principalmente ao lançamento de efluentes domésticos e industriais, atividades de exploração, transporte e refino de petróleo, desembarque de minérios, dentre outros. A rede de monitoramento será composta de 37 estações no infralitoral e mesolitoral.
- relatório técnico sobre a ocorrência de mancha no mar, em frente à localidade de Arembepê: as amostras analisadas não indicaram a presença de algas nocivas nem de floração de microalgas na área estudada que fossem atribuídas à ocorrência da mancha. Apesar da concentração de ferro estar acima da normalidade do ecossistema salino, não foram constatados impactos significativos ao meio ambiente, em função do ecossistema apresentar alto poder de diluição e dispersão;
- denúncia sobre contaminação por urânio, nos municípios de Caetité e Lagoa Real: foram realizadas duas campanhas de amostragem, em água de superfície e subterrânea, na região de influência da mineração de urânio e foram analisadas a concentração de urânio e a radioatividade alfa e beta, em pontos estratégicos identificados na região e alguns deles serão incorporados ao Programa Monitora para monitoramento permanente;
- monitoramento: foram realizados monitoramentos de águas e sedimentos em diversos municípios do Estado, para atendimento a denúncias e solicitações do Ministério Público Estadual e outros órgãos governamentais; e,
- atendimento de emergências ambientais: com participação da equipe técnica da coordenação em atendimento de situações emergenciais.



Baía de Todos os Santos

Agecom

● Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida em Emergências Ambientais – P2R2

Em 2008, foi implantado o projeto Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Químicos Perigosos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, integrante do P2R2. O projeto tem por finalidade desenvolver ferramentas que serão disponibilizadas aos órgãos públicos, ao setor privado e à comunidade em geral, para a prevenção da ocorrência de acidentes com produtos químicos perigosos.

O primeiro território visitado foi o da Chapada Diamantina, onde sete municípios receberam visitas técnicas, em 2008. As visitas têm como meta, não só prestar orientações para a prevenção, mas instruir às comunidades sobre como atuarem caso ocorra algum acidente, preparando-as para que procedam corretamente ao pronto atendimento, contemplando ou minimizando os efeitos danosos ao meio ambiente e à população.

● Avaliações e Monitoramentos Ambientais Especiais

Dentre as atividades de avaliação da qualidade ambiental desenvolvidas pela SEMA, podem ser citadas:

- investigação sobre intoxicação por aerossol marinho em praias da Costa do Descobrimento: investigação de eventos de intoxicação nos usuários das praias de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Os resultados das investigações demonstraram a ocorrência de florações de microalgas (dinoflagelado *Karenia Brevis*), com a produção de toxinas, que dependendo das condições ambientais podem ser incorporadas ao aerossol e intoxicar banhistas, moradores ou trabalhadores que estejam próximos à praia;
- avaliação da qualidade das águas do Balneário de Tororomba – Olivença/Ilhéus: foi detectada a presença de bactérias *Chromobacterium Violaceum*, sendo a principal fonte de comprometimento desses recursos hídricos o aporte de matéria orgânica de origem doméstica, aliadas à carência do sistema de esgotamento sanitário na área. Os resultados indicaram que as condições de balneabilidade da água do Balneário de Tororomba foram classificadas como própria para o uso de contato primário – somente para banho;
- avaliação preliminar da água de lago formado em mina de extração de amianto: foi verificado que, devido aos processos de lixiviação dos componentes naturais das rochas, a água pode ser classificada como uma água cloretada magnesiana, portanto, com propriedades laxativas, não sendo adequada para o consumo humano;

- relatório técnico sobre a ocorrência de mancha no mar, em frente à localidade de Arembepé: as amostras analisadas não indicaram a presença de algas nocivas nem de floração de microalgas na área estudada que fossem atribuídas à ocorrência da mancha. Apesar da concentração de ferro estar acima da normalidade do ecossistema salino, não foram constatados impactos significativos ao meio ambiente, em função do ecossistema apresentar alto poder de diluição e dispersão;
- denúncia sobre contaminação por urânio, nos Municípios de Caetité e Lagoa Real: foram realizadas duas campanhas de amostragem, em água de superfície e subterrânea, na região de influência da mineração de urânio e foram analisadas a concentração de urânio e a radioatividade alfa e beta, em pontos estratégicos identificados na região e alguns deles serão incorporados no Programa Monitora para monitoramento permanente;
- monitoramento: foram realizados monitoramentos de águas e sedimentos em diversos municípios do Estado, para atendimento a denúncias e solicitações do Ministério Público Estadual e outros órgãos governamentais; e,
- atendimento de emergências ambientais: com participação da equipe técnica da coordenação em atendimento de situações emergenciais.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO

Visando melhorar o desempenho e a qualidade dos serviços disponibilizados para a sociedade, as unidades da SEMA têm investido no desenvolvimento de sistemas de apoio à gestão administrativa e técnica. O Ingá vem otimizando os sistemas de informação que, dentre outros, dão suporte ao Sistema de Informações de Recursos Hídricos – SIRH.

Ao longo de 2008, o Estado da Bahia, por meio da SEMA, catalisou o agrupamento ordenado e a gestão participativa e descentralizada dos dados pelos gestores de informação de cada unidade, servindo de interface tecnológica entre a sede, as suas unidades regionais, os órgãos do Sistema do Meio Ambiente – nas três esferas de governo –, e a própria estrutura do Estado. Além de promover a melhoria contínua da infra-estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, o desenvolvimento de equipes de trabalho e a normatização de processos – atividades inerentes e elementares para a concepção e a implementação dos Sistemas de Informação Ambiental do Estado da Bahia.

SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS – SEIRH

O Estado da Bahia desenvolve e utiliza os sistemas de informações que compõem o SEIRH: o Sistema de Informações Hidrometeoroló-

gicas – SIHM; o Sistema de Informações Geográficas – Sigweb, que disponibiliza os temas georreferenciados; o Sistema de Monitoramento da Qualidade das Águas – Monitora; o Sistema de Consulta do Processo de Outorga – Sico, que permite a identificação e acompanhamento dos processos de outorga; o Sistema Meteorológico da Bahia – Simeba, que gera os modelos meteorológicos; e o Sistema de eleição para membros dos comitês de bacia hidrográfica, cujo objetivo é ampliar a participação social na gestão das águas.

OPERAÇÃO DA REDE HIDROMÉTRICA

O Sistema de Informações Hidrometeorológicas – SIHM é um dos componentes do Sistema Estadual de Informações dos Recursos Hídricos e permite gerenciamento das campanhas de coleta de dados da rede hidrométrica (composta das estações coletadoras e informações pluviométricas, fluviométricas e evaporimétricas).

CENTRO ESTADUAL DE METEOROLOGIA DA BAHIA – CEMBA

Em 2008, o Ingá promoveu a elaboração e disponibilização diária dos boletins de previsão do tempo e monitoramento pluviométrico, bem como o boletim mensal das tendências climáticas trimestrais.

O Cemba se fez presente em todas as reuniões de análise e previsão climática realizadas no Nordeste, nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, tendo, em junho de 2008, sediado a última reunião do período 2007/2008. Este evento contou com a participação de representantes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe, do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – Cptec, do Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet e demais centros estaduais do Nordeste.

A Bahia dispõe de 21 Plataformas de Coletas de Dados – PCDs, que medem, armazenam e transmitem, via satélite, os dados meteorológicos e agrometeorológicos, utilizados nas previsões de tempo e clima.

SISTEMA GEORREFERENCIADO DE GESTÃO AMBIENTAL – GEOBAHIA

• Mapeamento da cobertura vegetal e do uso da terra

Os mapeamentos dessa natureza são instrumentos de fundamental importância para o desenvolvimento de ações de monitoramento, fiscalização e licenciamento ambiental. Nesse sentido, foi realizado, em 2008, o

mapeamento da cobertura vegetal e do uso da terra dos corredores Una – Lontras – Baixão no Sul e, na Região do Extremo Sul, o Corredor Monte Pascoal – Descobrimento e da Porção Terrestre do Corredor Marinho.

• Mapeamento da silvicultura de eucalipto no Sul e Extremo Sul da Bahia

Em 2008, foram desenvolvidos diversos mapeamentos destinados à elaboração de um diagnóstico espacial, acerca da monocultura de eucalipto no Sul e Extremo Sul da Bahia. Este diagnóstico tem por objetivo nortear o licenciamento e a fiscalização ambiental e gerar subsídios para uma avaliação da sustentabilidade ambiental e socioeconômica desta atividade na região.

A área total de plantio de eucalipto mapeada na região foi de 454,1 mil hectares. O trabalho evidenciou a necessidade de se definir critérios para a delimitação das áreas efetivamente comprometidas pelos plantios ou que estão sob sua influência, em função do processo de concentração fundiária em curso e das áreas agricultáveis disponíveis. Evidenciou-se, também, a necessidade de regularização ambiental de Áreas de Preservação Permanente – APP e Reservas Legais das áreas de cultivos.

• Mapeamento da Carcinicultura no Litoral da Bahia

Iniciado o mapeamento da carcinicultura (cultivo de camarões) tendo por objetivos:

- mapear todas as carciniculturas existentes no litoral baiano, identificando as ocupações irregulares de áreas legalmente protegidas pelos empreendimentos, dando subsídios e informações para que a fiscalização ambiental possa atuar;
- elaborar os mapas temáticos dos trabalhos desenvolvidos, disponibilizando-os para a sociedade no Geobahia.

• Desenvolvimento da versão 3 do Geobahia

O Geobahia é um sistema de informação geográfica que tem por objetivo sistematizar, integrar e possibilitar a análise de informações ambientais e socioeconômicas georreferenciadas para fornecer suporte à gestão ambiental e à tomada de decisão na área de atuação do Projeto Corredores Ecológicos – PCE na Bahia.

A versão 3 do Geobahia, adquiriu, em 2008, as seguintes funcionalidades: módulo de alimentação de bases vetoriais e imagens de

satélite, descentralizado, geolocalização de pontos contendo sistema de conversão de coordenadas; criação de novas ferramentas de consultas; integração com o Google Maps; novos padrões de impressão; módulo de acompanhamento *on-line* dos desdobramentos técnicos e jurídicos, junto ao Ministério Público do Estado da Bahia, dos autos de infração gerados pelo IMA e Ibama; aplicação para contabilizar os acessos aos módulos do Geobahia; implementação do Sistema de Armazenamento de Metadados denominado Geonetwork, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA.

● **Desenvolvimento do Sistema de Proteção Legal da Mata Atlântica – Sisprot**

A criação do Sistema de Proteção Legal da Mata Atlântica – Sisprot utilizou a estratégia de implantação de bases ambientais na área desse bioma, abrigando técnicos de várias instituições que atuam na fiscalização ambiental, bem como promotores do Ministério Público Estadual, buscando conferir maior agilidade, integração de atividades e de procedimentos e a eficácia das ações de fiscalização ambiental.

A primeira base ambiental foi inaugurada em 2008, no município de Amargosa, contando inicialmente com uma equipe formada por técnicos do IMA, um policial militar exclusivo, um posto da Delegacia de Meio Ambiente e a Promotoria de Justiça da Regional do Recôncavo Sul.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As ações do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade, desenvolvidas em 2008, estão articuladas com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e atende as ações propostas pela Convenção de Mudanças Climáticas das Nações Unidas, que se dividem em três grandes frentes: aprofundamento do conhecimento científico sobre as mudanças climáticas e seus impactos; ações para mitigar o efeito estufa, principalmente através de redução de emissões de gases de efeito estufa; e, ações de adaptações aos impactos de mudanças e principalmente de extremos climáticos.

Dentre estas ações, destacam-se:

- ampliação de 38 para 54 integrantes da composição dos membros do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade, a partir da inclusão de universidades estaduais, comunidades tradicionais, quilombola e povos indígenas;
- implantação do Projeto Apoiando a Ação Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, em parceria com o Ministério das Relações

Exteriores do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, representado pela Embaixada Britânica no Brasil. O projeto tem por finalidade apoiar o Estado no desenvolvimento e implementação das políticas estaduais de enfrentamento às mudanças climáticas;

- elaboração da proposta para desenvolver inventários estaduais de emissões de gases de efeito estufa, que tem o propósito específico de estabelecimento de medidas de mitigação e adaptação que o Estado deverá tratar como política pública estadual; e,
- realização de reuniões plenárias para promover, divulgar, discutir e disseminar informações relativas às mudanças climáticas e estimular a incorporação da dimensão climática no processo decisório relativo às políticas setoriais que se relacionem com emissões e sequestro de gases de efeito estufa.

PLANEJAMENTO TERRITORIAL AMBIENTAL

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia – ZEE/BA constitui um instrumento de gestão ambiental que expressa as diversas variáveis do desenvolvimento sustentável do Estado.

De forma participativa, transparente, garantindo assim a legitimação final do processo ZEE/BA, a SEMA vem participando de forma ativa de eventos, através de Oficinas de Diálogo SEMA com a sociedade civil/setor produtivo; através de fóruns, como o Florestal do Sul e Extremo Sul do Estado; Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepram, e outros parceiros, na construção do ZEE, destacando-se o ZEE – São Francisco/MMA.

No ano de 2008, o conceito de Zoneamento para o Estado passou por novas concepções, de modo que o Governo Estadual o elaborará de forma conjunta com os planos mestres, ação de desenvolvimento econômico da Secretaria do Planejamento – SEPLAN, conforme Termo de Referência concluído pela equipe SEMA e SEPLAN. Dessa forma, o ZEE/BA não será apenas um instrumento de gestão ambiental, mas, sim, de planejamento para todo o Estado da Bahia.

No exercício de 2008, foram realizadas as seguintes atividades:

- discussão do detalhamento das variáveis ambientais e socioeconômicas para as escalas de 1:500.000 e 1:250.000 e da proposição de cronograma e fases de implementação das ações da Matriz de Referência;
- definição da unidade espacial de informação, a qual será o município com escala de 1:1.000.000, compatível com metadados socioeconômicos;

- análise e discussão dos Relatórios do ZEE do Litoral Norte, Litoral Sul, Extremo Sul e Oeste;
- disponibilização pelo Nugeo de tabelas para preenchimento dos metadados dos temas socioeconômicos, e posteriormente para que sejam gerados os mapas por municípios ou Territórios de Identidade; e,
- elaboração de mapas temáticos de cobertura vegetal e Unidades de Conservação.

RECURSOS HÍDRICOS

PROJETO DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS – PGRH II

O Governo da Bahia, empenhado em manter o pleno desenvolvimento da Política de Recursos Hídricos do Estado, iniciou, em 2008, a preparação dos projetos que compõem a segunda etapa do Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos – PGRH II, de acordo com o PPA 2008–2011. Para tanto, conta com recursos no montante de US\$ 978 mil, oriundos de doação do Governo japonês, mediante acordo firmado com o Banco Mundial.

Em virtude de novos entendimentos entre o Governo Estadual e o Banco Mundial, a partir de 2008 o PGRH II passou a ter um enfoque visando o desenvolvimento setorial amplo, nos moldes do Programa de Abordagem Setorial Ampla – SWAP, o qual abrangerá, na Bahia, ações de saúde, recursos hídricos, saneamento e de planejamento, no montante estimado de US\$ 60 milhões.

CONCESSÃO DE OUTORGAS

Outorgas concedidas

Trabalhando em prol da melhoria da gestão e controle das águas no domínio do Estado da Bahia, ao longo de 2008, 433 outorgas foram concedidas por uso e publicadas, conforme Tabela 3, destacando-se irrigação, com 34,6%, renovação/ampliação, com 29,3%, e obras, com 15,5%.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – PDA

A SEMA, após analisar os objetivos do Programa de Desenvolvimento Ambiental – PDA, revisou o marco conceitual para harmonizá-lo com as diretrizes adotadas pelo Governo do Estado e reabriu

Tabela 3

OUTORGAS CONCEDIDAS POR USO BAHIA, 2008

USO MÚLTIPLO	OUTORGAS CONCEDIDAS
Irrigação	150
Lançamento de Efluentes	39
Obras	67
Abastecimento humano	31
Abastecimento animal	1
Abastecimento industrial	18
Renovação/Ampliação	127
TOTAL	433

Fonte: SEMA/Ingá

a negociação do acordo de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, efetivando o início da preparação do programa.

O programa tem como propósitos: reverter o processo de degradação ambiental dos mananciais de abastecimento da Região Metropolitana de Salvador; antecipar soluções das questões ambientais decorrentes da agenda de desenvolvimento do Estado da Bahia; e ampliar a capacidade de planejamento e gestão ambiental. Está organizado em dois componentes: I: Melhoria da capacidade de planejamento e gestão ambiental da SEMA; II: Integração da gestão ambiental aos processos de desenvolvimento econômico em áreas protegidas.

No valor total de US\$ 16,7 milhões, o programa contará com financiamento de US\$ 10 milhões do BID e 6,7 milhões de contrapartida do Estado. Tem como áreas de atuação os mananciais de abastecimento da RMS (APA Joanes/Ipitanga, APA Lagoa Pedra do Cavalo, APA Cobre/São Bartolomeu) e a Bacia do Leste (APA Lagoa Encantada e Rio Almada).

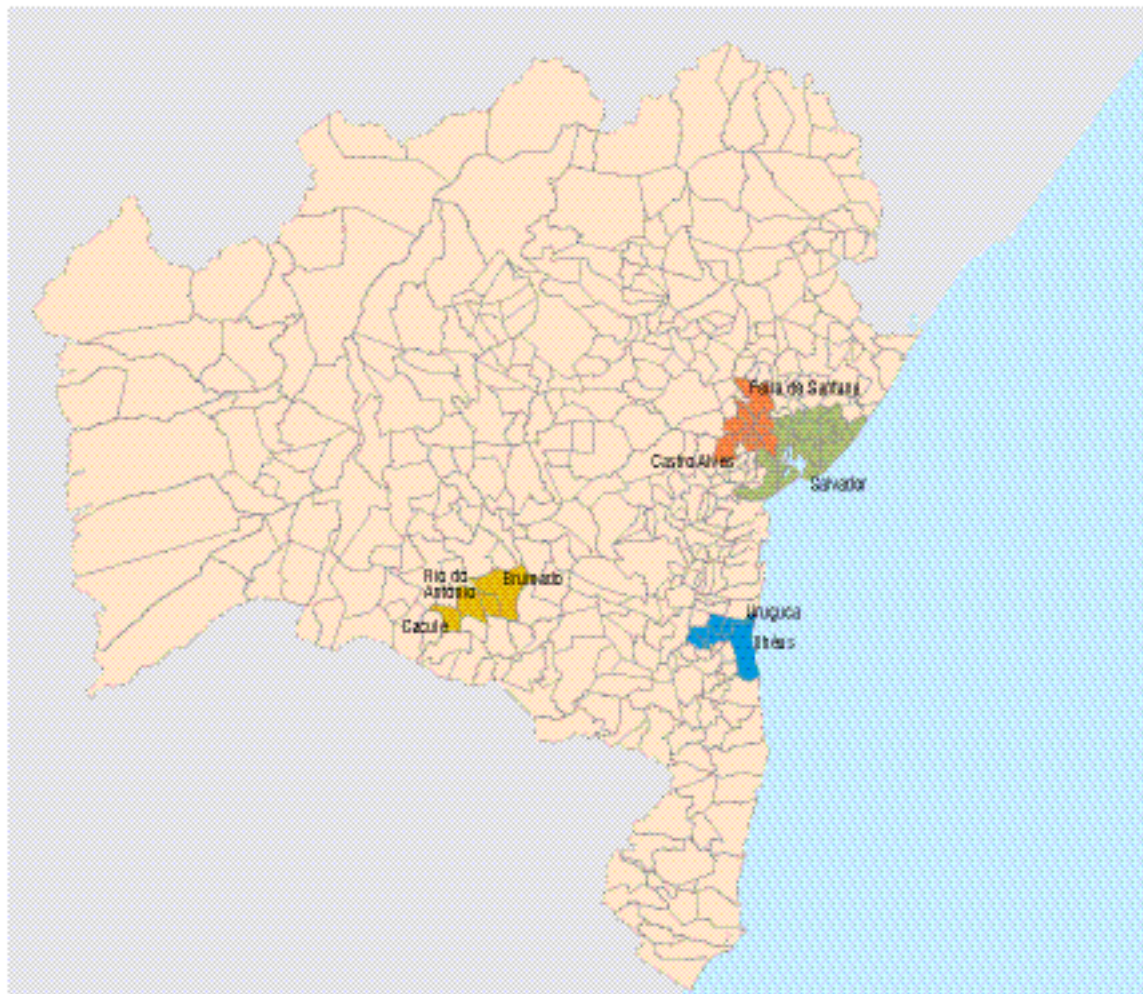
RECOMPOSIÇÃO DAS MATAS CILIARES

Tem como objetivo geral promover e viabilizar a restauração e a conservação de matas ciliares e nascentes das Bacias Hidrográficas do Estado da Bahia.

Para recomposição das matas ciliares, neste ano de 2008, foram implementadas as seguintes ações:

- construção de forma participativa do Programa de Conservação de Mata Ciliar;
- inclusão do tema mata ciliar na Lei no 11.050, de 06 de junho de 2008;

Mapa 1

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PDA
BAHIA, 2006

Fonte: EBMA/Superintendência de Políticas Para a Sustentabilidade—SPS

- recomposição da mata ciliar do Rio São Desidério, nas intermediações da área de captação do sistema integrado de abastecimento de água de Catolândia e Baianópolis, num total de dois hectares, através do plantio de espécies nativas do bioma Cerrado;
- convênio com a Rede de Desenvolvimento Social – Redes, e o Ministério Público Estadual, para a realização do cadastramento das propriedades ribeirinhas das comunidades da Lagoa do Boi e Jenipapo, no município de Ubaíra, para o oferecimento de curso de capacitação de coletas de sementes para 30 produtores rurais, e inauguração do viveiro florestal com capacidade para produção de 100 mil mudas/ano, visando a recomposição florestal de 70ha de Área de Preservação Permanente – APP de 11 tributários (cursos d'água) do rio Brejões, beneficiando diretamente mais de mil proprietários rurais;
- assinatura de convênios entre a SEMA, Organizações Não Governamentais – ONGs e Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, como forma de compensação ambiental. Os projetos prevêem a produção de mais de 370 mil mudas/ano e a recuperação de mais de 550ha; e
- termos de Compromisso entre a Mirabela Mineração do Brasil Ltda. e duas ONGs, no qual a SEMA irá fiscalizar as ações para implantação de viveiro florestal. Um deles com o Instituto Sofrer, na cidade de Itagibá, para a implantação de um viveiro florestal com capacidade para produção de 100 mil mudas/ano, e outro com a Associação de Apoio à Educação, Cultura e Ação Comunitária, que também visa à implantação de um viveiro florestal com a mesma capacidade de produção.

AÇÕES DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA SECA

Essas ações têm como objetivo a elaboração, coordenação e implementação de um Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, através da articulação dos diversos atores envolvidos.

Neste ano de 2008, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- realização do 1º Encontro Latino-americano de Especialistas em Combate à Desertificação, com público de 300 pessoas, realizado em Salvador de 07 a 09 de julho de 2008;
- produção e lançamento do DVD Ética & Ecologia, com participação do prof. Leonardo Boff, para 200 pessoas na Reitoria da Universidade Federal da Bahia – Ufba em setembro;
- inclusão do tema desertificação na Lei no 11.050, de 06 de junho de 2008; e,
- fortalecimento da parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente para a execução do projeto Educação Ambiental e Mobilização Social para Preparação do Plano Estadual de Combate à Desertificação.

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DIVERSIDADE BIOLÓGICA

GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Estado da Bahia tem aproximadamente 11% do seu território definido como Unidades de Conservação – UC, também denominados espaços especialmente protegidos. Essas áreas, somadas às Unidades de Conservação Federais, elevam o índice de UC para 13% do território, sem considerar as áreas já protegidas por leis, reservas legais e áreas de preservação permanente.

Em atendimento ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc, a versão final do Plano de Manejo do Parque Estadual de Sete Passagens – Pesp, situado nos municípios de Miguel Calmon e Jacobina, com 2.281ha, foi concluída em 2008, estando o Plano de Manejo em trâmite no Conselho Estadual do Meio Ambiente – Cepam, para aprovação. Foram formalizados 280 processos das mais diferentes tipologias, a exemplo de criação de novas UCs, Orientação Prévia, consultas dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e Anuência Prévia, conforme Gráfico 1.



Anuências Prévias em Unidades de Conservação

Por tratar-se de espaços especialmente protegidos, o manejo dessas áreas demanda estudos técnicos anteriores à intervenção na área, definidos como Anuências Prévias e Orientações Prévias. Quando a UC já dispõe de um Plano de Manejo há maior celeridade na produção das anuências e orientações prévias.

As anuências prévias em Unidades de Conservação Estaduais contabilizaram um total de 173, sendo que as maiores demandas foram desenvolvidas nas seguintes UCs: 64 anuências prévias na Área de Proteção Ambiental – APA Joanes/Ipitanga; 31 anuências prévias na APA Tinharé/Boipeba; 27 anuências prévias na APA Litoral Norte; 24 anuências prévias na APA Baía de Todos os Santos, conforme Gráficos 2 e 3.

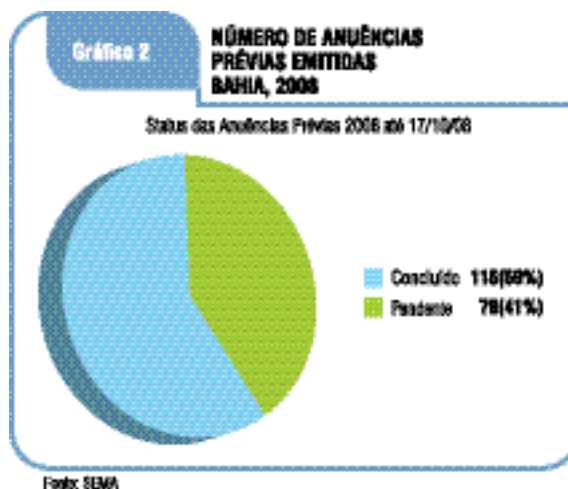
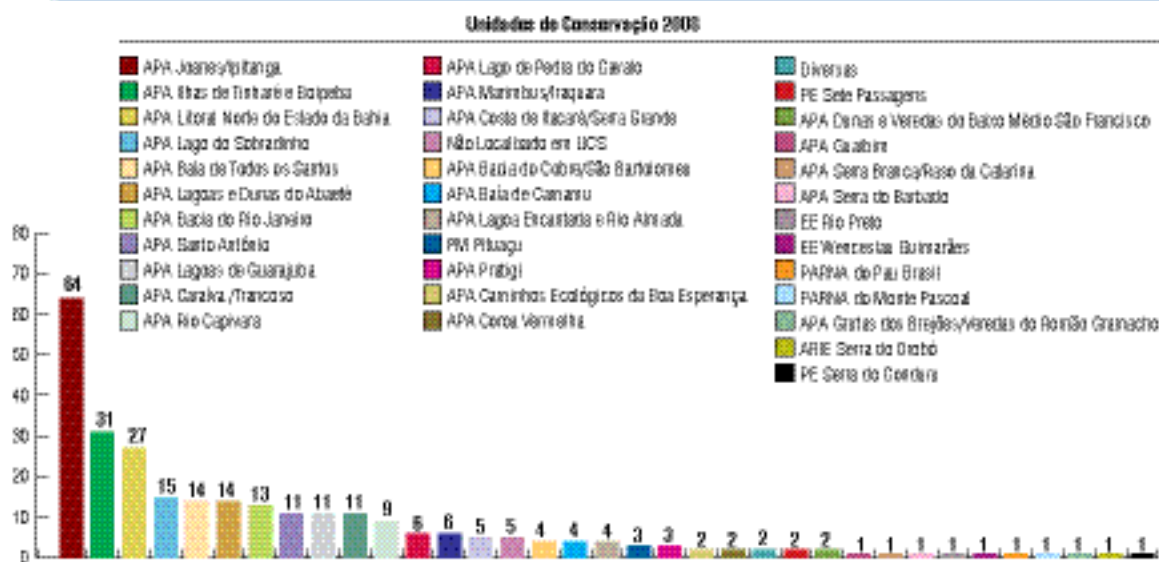


Gráfico 3

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO/ANUÊNCIAS EMITIDAS
BAHIA, 2008

Fonte: SEMA.

As demais Unidades de Conservação estaduais que possuem gestor apresentaram uma média anual variando entre três e quatro processos de Anuência Prévia, revelando entre outros fatores a reduzida conscientização dos órgãos públicos municipais sobre a legislação ambiental referente às UCs.

Orientação Prévia em Unidades de Conservação

Foram realizadas 53 orientações prévias em Unidades de Conservação (Gráfico 4), visando implantação de futuros empreendimentos,

em especial, no âmbito turístico e residencial, sendo que as principais áreas de interesse estão localizadas na região do Litoral Norte, Região Metropolitana de Salvador e no Baixo Sul, demonstrando a tendência atual e futura de investimentos privados nacionais e internacionais.

Autorização de Pesquisa

Foram solicitadas quatro autorizações de pesquisa para as seguintes Unidades de Conservação:

- APA Marimbus/Iraquara;
- Estação Ecológica/Formosa do Rio Preto;
- APA Serra Branca/Raso da Catarina;
- Parque Estadual Serra do Conduru.

Atividades Relacionadas a Monitoramento e Fiscalização em Unidades de Conservação

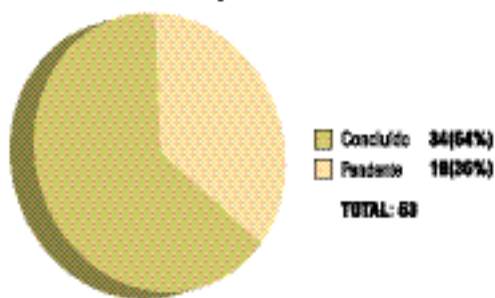
Além dos instrumentos de anuência prévia, orientação prévia e autorização de pesquisa, foram realizadas atividades como:

- vistorias técnicas encaminhadas pelo Ministério Público Estadual, entre outras inspeções e vistorias conjuntas com órgãos governamentais;

Gráfico 4

ORIENTAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS EM
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
BAHIA, 2008

Status das Orientações Prévias 2008 até 17/10/08



Fonte: SEMA.

- acompanhamento de estudos socioambientais, visando elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual das Sete Passagens e reuniões interinstitucionais para revisão do Termo de Referência com vistas à elaboração do Plano de Manejo da APA do Lago do Sobradinho; e
- manipulação do Banco de Dados das Unidades de Conservação do Estado da Bahia e produção de informações estatísticas disponibilizadas para organizações governamentais e não-governamentais.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

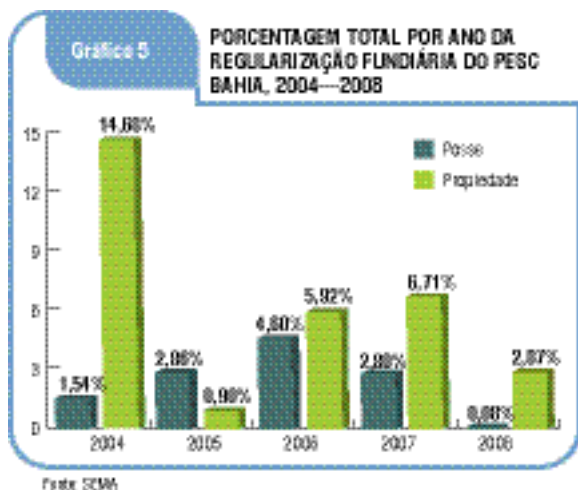
Regularização Fundiária do Parque Estadual Serra do Conduru – Pesc

A regularização fundiária compreende os procedimentos necessários para pagamento da indenização das benfeitorias dos posseiros e pagamento dos imóveis dos proprietários onde, além das benfeitorias, é realizado o pagamento da terra nua aos detentores de título da terra, transferindo seu domínio para o Estado.

Desde a sua criação, em 1997, o Governo do Estado trabalha para regularizar patrimonialmente a área do Pesc, uma vez que algumas áreas estão em domínio particular definido, e outras são ocupadas por posseiros. O Parque já tem mais de 40% das suas terras regularizadas fundiariamente, ou seja, sob o domínio do Estado.

Situação Atual da Regularização Fundiária

Em 2008, foram abertos 76 processos para regularização fundiária da área do Pesc. Destes, 46 encontram-se com documentação pendente e 30 em tramitação (Gráfico 5).



PARQUES METROPOLITANOS

Parque Zoológico Getúlio Vargas

O enfoque dado, em 2008, pela Administração do Parque Zoológico Getúlio Vargas foi a otimização e melhoria nas instalações, além da elaboração de projetos, garantindo a disponibilidade de espaço para o lazer e conservação da biodiversidade, através da implementação das atividades:

- Educação Ambiental
- Reprodução de Espécies Silvestres
- Projeto Felinário – Novo Setor para Grandes Felinos
- Projeto Enriquecimento Ambiental
- Projeto de Taxidermia – Museu do Zoológico de Salvador
- Projeto Sextas Técnicas

Educação Ambiental do Zoo

O Programa de Educação Ambiental do Zoológico de Salvador – ZOO, atendeu a 630 escolas, durante 2008. Foram realizadas 35 visitas a instituições de ensino, apresentando o Programa Zoo na Escola.

O controle e monitoramento do público visitante têm sido realizados através de amostragem parcial, procedimento que registra dados de extrema relevância para o planejamento de novas intervenções, além de proporcionar a prática de metodologias científicas sobre estatística (Gráfico 6).

Ainda dentro da metodologia supracitada, é possível identificar o perfil de visitantes quanto aos estados de origem, como mostra o Gráfico 7.

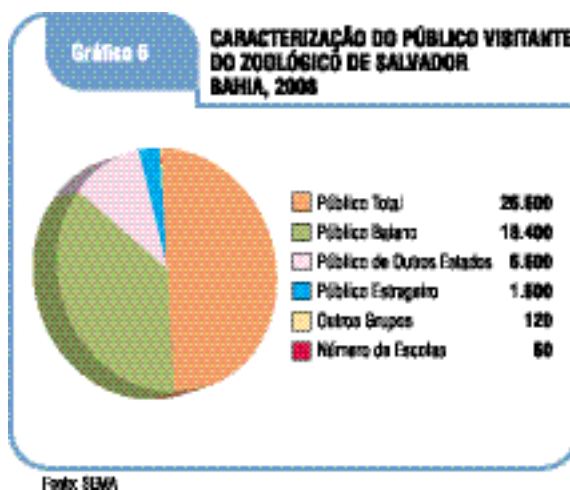
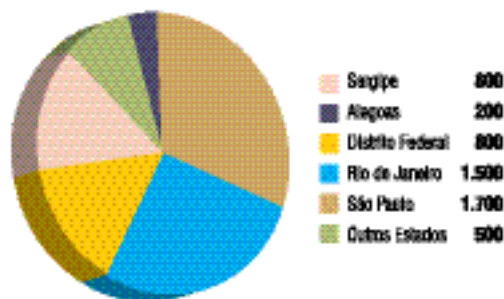


Gráfico 7

CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO DE ACORDO COM OS DEMAIS ESTADOS DA UNIÃO BAHIA, 2008



Fonte: SEMA

Reprodução de Espécies Silvestres

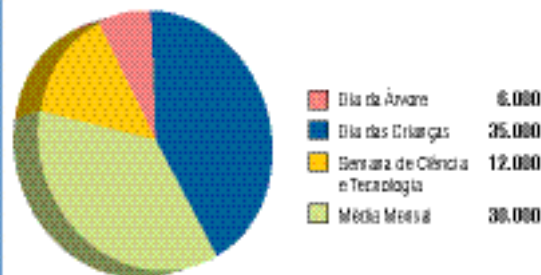
A reprodução de animais silvestres em cativeiro é um dos principais objetivos da proposta de tornar o Zoológico de Salvador um centro de referência. O Gráfico 9 revela os resultados alcançados em 2008.

Projeto Felinário

O novo felinário é a concretização da proposta técnica do Zoológico de Salvador em atender as exigências de cada espécie na questão de bem-estar. Esse projeto foi concluído em outubro de 2008, e passa ser referência nacional.

Gráfico 8

PÚBLICO VISITANTE NO ZOOLOGICO DE SALVADOR EM DATAS ESPECIAIS (*) BAHIA, 2008



Fonte: SEMA

(*)Dados coletados por amostragem (Densidade 8%)

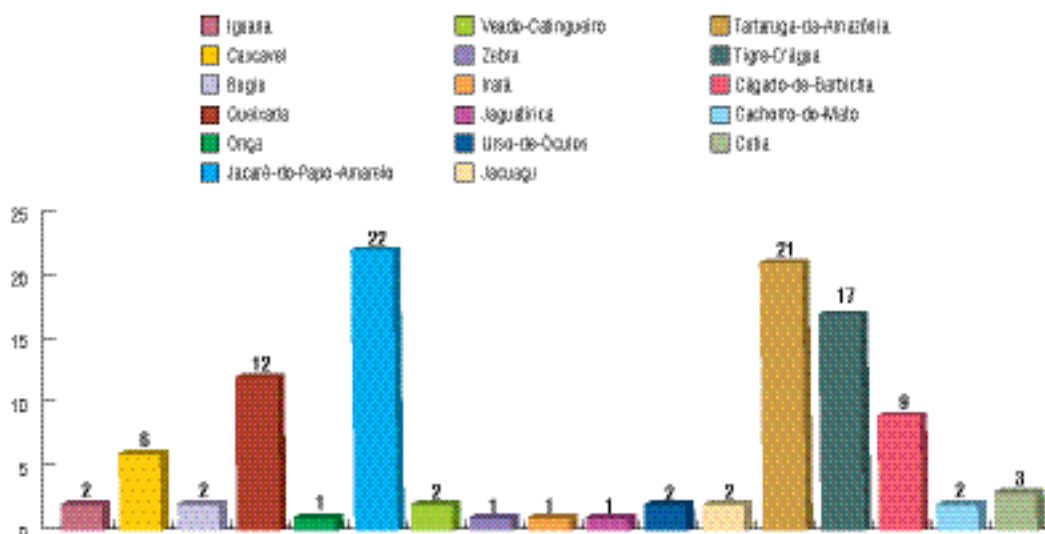
Projeto Taxidermia – Museu do Zoológico de Salvador

Foi proposta uma renovação conceitual para o Museu do Zoológico de Salvador. A idéia é atender a uma grande demanda de informação técnica, apresentada pelas escolas, universidades, faculdades e demais instituições de ensino e pesquisa que procuram no Zoo uma referência no tema.

Foi realizado, como primeira etapa, um curso de taxidermia, com dois objetivos principais. O primeiro montar novas peças taxidermizadas para o museu. O segundo, capacitar à equipe técnica como multiplicadores das técnicas aprendidas. Foram montadas 42 novas peças de animais, em sua posição anatômica natural.

Gráfico 9

TOTAL DE FILHOTES NASCIDOS NO ZOOLOGICO BAHIA, 2008



Fonte: SEMA

Comunicação e Divulgação

Em 2008, dois eventos foram marcantes em relação à divulgação das atividades técnicas desenvolvidas pelo Zoológico de Salvador. Uma delas foi o lançamento do livro Parque Zoobotânico Getúlio Vargas – Fauna e Flora/2008, com a edição de 2,4 mil exemplares, compondo o primeiro registro fotográfico oficial do Zoológico de Salvador, que será utilizado nos Programas de Educação Ambiental, como balizador para futuras ações junto à fauna e flora do Zoo.

Parque Metropolitano de Pituáçu – PMP

Em 2008, a Coordenação do Parque Metropolitano de Pituáçu – PMP passou por uma mudança estrutural visando torná-lo uma referência em Parque Urbano.

Parcerias e Responsabilidade Social

Organizações e empresas, para implementar suas ações de responsabilidade social, têm buscado parceria com o Parque Metropolitano de Pituáçu – PMP, a exemplo da Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC. Em contrapartida pela utilização do espaço físico do PMP, têm promovido o plantio de mudas, palestras e realizado a prestação de mais de 80 serviços nas áreas de Direito, Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Educação Física, Acupuntura, Odontologia, entre vários outros serviços à comunidade do entorno e aos frequentadores do PMP.

Consolidação da Feira Reviva Parque do PMP

A Feira Reviva Parque acontece todos os domingos. Atualmente está com 100 expositores dentre moradores do PMP e outros, onde são comercializados: a) objetos reciclados com papel, plástico, bambu; e, b) alimentação natural. Durante o evento, uma ONG, protetora dos animais, realiza a doação de animais recolhidos na rua (gatos e cachorros) que receberam tratamento.

Parque Metropolitano do Abaeté – PMA

O Parque do Abaeté, inserido na poligonal da APA do Abaeté, recebe uma média de 5 mil visitantes por final de semana. Além desses, em 2008, recebeu 9.402 visitantes de outros estados.

Reintrodução das Árvores da Restinga do Abaeté – Objetivando a reintrodução da vegetação de restinga no PMA em uma área de



Abaeté em evidência

SEMA/Ascom

aproximadamente 50ha, foi iniciado o plantio, com 1,5 mil mudas de espécies arbóreas, em um hectare.

Esse trabalho visa a reconstituição da Mata Ciliar da Lagoa do Abaeté na Área de Preservação Permanente – APP; melhorias no paisagismo do PMA e sombreamento do passeio para melhoria do microclima.

Projeto Educação Ambiental no PMA – Promove Educação Ambiental no Abaeté, com diversos segmentos da sociedade, tornando-os agentes multiplicadores, promovendo inserção de novos valores e atitudes em relação ao meio ambiente, para o desenvolvimento do turismo dando uma maior movimentação na economia local.

AÇÕES DE ORDENAMENTO FLORESTAL

Com a publicação da Instrução Normativa 01/2007, procedimentos de Aprovação de Reserva Legal e de Autorização de Supressão de Vegetação nativa foram detalhados com o fim de organizar todas as etapas de trânsito destes processos, além de simplificar os procedimentos para os pequenos proprietários rurais e descentralizar o atendimento aos procedimentos mais simplificados dentro do Escritório Regional. A Tabela 4 discrimina os documentos emitidos, em 2008.

Com os dados quantitativos em análise, inferem-se as seguintes observações:

1. Em virtude da publicação da Lei nº 11.050, o total de documentos emitidos foi obtido em apenas seis meses de atuação;
2. Durante esse período foram averbados, a título de reserva legal, mais de 125.000 hectares;
3. Emitiu-se mais Cadastro Estadual Florestal de Imóvel Rural – Cefir, e Registro de Informação de Corte – RIC que em todos os anos anteriores juntos.

Tabela 4

**NÚMERO DE DOCUMENTOS EMITIDOS
BAHIA, 2008**

NOME DO DOCUMENTO	SFC*	IMA*	TOTAL
Registro de Atividade Florestal	405		405
Cadastro Estadual Florestal do Imóvel Rural	253		253
Autorização de Supressão de Vegetação Nativa	166	38	204
Aprovação de Reserva Legal	151	1	152
Transferência de Crédito de Volume Florestal	77		77
Reconhecimento de Crédito de Volume Florestal	75		75
Registro de Informação de Corte	74		74
Certificado de Regularidade Fiscal	34		34
Autorização para exploração de Plano de Manejo Florestal	20	6	26
Autorização para Limpeza de Área	2		2
Aprovação de Servidão Florestal	1		1
TOTAL	1.258	45	1.303

Fonte: SEMA/SFC/IMA

(*) Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação – SFC/IMA – Instituto do Meio Ambiente

Foram realizadas, até a publicação do Decreto Estadual 11.235, de 10/10/2008, mais de 2.559 vistorias, para a instrução dos processos protocolados na SEMA, todas com Relatório de Inspeção Florestal emitidos e apensados aos processos.

AÇÕES DE FOMENTO FLORESTAL

Apoio e Promoção de Evento Técnico-científico

Para melhorar o desenvolvimento das atividades desenvolvidas em campo, foram realizados eventos para capacitação do corpo técnico da área florestal, como o ocorrido de 13 a 16 de maio de 2008, no Parque Estadual da Serra do Conduru, para nivelar e normatizar os procedimentos executados no Programa Agricultor Florestal, além de capacitá-los sobre o potencial da espécie nativa landi (*Calophyllum brasiliense*), que será incorporada aos projetos de silvicultura dentro do Programa.

Também foi realizado um seminário sobre coleta de sementes e plantio de mudas nativas para 50 funcionários da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A – Embasa, visando a capacitação técnica dos profissionais nos projetos de reflorestamento e de recuperação de matas ciliares da Empresa.

Realização de Convênio para Produção de Mudas e Implantação de Viveiros

Foram assinados, neste ano de 2008, três convênios com ONG, (Centro de Promoção Social da Paróquia de Santo Antônio de Pádua/Jequié, Rede de Desenvolvimento Social – Redes/Ubaíra, Fundação Antônio Almeida e Silva – Fundal/Ipirá) para a produção de mudas na-

tivas, os quais estão em fase final de implantação. Foram firmados convênios com as Prefeituras de Iguaí, Aratuípe e Tancredo Neves.

As mudas florestais produzidas nos viveiros conveniados são utilizadas para atender as próprias demandas dos projetos da SEMA, para distribuição gratuita aos agricultores, arborização urbana e educação ambiental nas escolas, além de contribuírem para o manejo florestal sustentável dos biomas degradados e na recomposição das matas ciliares.

Apoio ao Desenvolvimento Florestal – Pronaf Florestal

A SEMA presta assistência técnica e extensão florestal aos agricultores enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, para a implantação de áreas de silvicultura ou sistemas agroflorestais. Em 2008, foram assistidas 350 famílias de produtores rurais do Programa Agricultor Florestal, nos municípios de Ubaíra, Wenceslau Guimarães, Jiquiriçá, Jequié, Jaguaquara, Lafayette Coutinho, Itiruçu, Ubatã, Ubaitaba e Aurelino Leal (Gráfico 10).



Os produtores recebem orientações para produção de mudas, plantio e condução das florestas. Recebem também, gratuitamente, sementes e sacolas plásticas para produzirem as mudas que irão utilizar nos respectivos projetos de reflorestamento. Também são realizados cursos sobre produção de mudas e silvicultura. Os agricultores são orientados na adequação ambiental de suas propriedades, recebendo mudas de espécies florestais nativas para recuperação de matas ciliares e áreas de reserva legal.

PROJETO MATA BRANCA – CONSERVAÇÃO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO BIOMA CAATINGA DA BAHIA E CEARÁ

O projeto Mata Branca tem como objetivo contribuir para a preservação, conservação e manejo sustentável da biodiversidade do Bioma Caatinga no Estado da Bahia, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus habitantes com a introdução de práticas de desenvolvimento sustentável, promovendo a gestão integrada do ecossistema. É executado numa parceria entre a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA e a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, tendo a Fundação Luís Eduardo Magalhães – Fleim, como gestora financeira.

Os recursos do projeto têm origem no Acordo de Doação e é proveniente do Global Environment Facility – GEF (Fundo Mundial para o Meio Ambiente), por intermédio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird. O valor da doação é de US\$ 5

milhões, a contrapartida do Governo do Estado de US\$ 6,5 milhões, e US\$ 430 mil é a participação das comunidades beneficiárias das subdoações. O projeto está previsto para ser executado no prazo de cinco anos, com encerramento em 2012. Para esse período, o projeto prevê: a implantação de políticas públicas (estaduais ou municipais) de combate à degradação dos recursos naturais; consolidação de três Unidades de Conservação – UCs, no Estado; criação de duas novas UCs; reabilitação de 20% das áreas degradadas em áreas de implantação de 100 subprojetos; e, melhoria em 15% da renda dos produtores beneficiados com os esses subprojetos.

No primeiro semestre de 2008, os técnicos da CAR e da SEMA, que compõem o núcleo original do projeto, dedicaram-se à realização de arranjos institucionais para compor e preparar equipes da Unidade Gerencial do Projeto – UGP e Núcleos de Gerenciamento Local – NGLs, e à divulgação do projeto junto às lideranças municipais, instituições públicas, organizações não governamentais e comunidades.

No âmbito dos NGLs, foram realizados encontros e reuniões, a exemplo das que ocorreram em Juazeiro e Paulo Afonso, com organizações não governamentais, do Governo do Estado, da audiência pública para apresentação do Projeto na Câmara de Curaçá, do Fórum de Desenvolvimento Eco-Sustentável de Itaitim, promovido pela Cáritas, e do Conselho Gestor da Floresta Nacional – Flona, de Contendas do Sincorá, além de outras, para sensibilização do público sobre o projeto, nas comunidades selecionadas. Todas as atividades do projeto estão apresentadas por componente, conforme estratégia de abordagem. Ver Quadro 5.

Quadro 5

REALIZAÇÕES DO PROJETO MATA BRANCA BAHIA, 2008

COMPONENTE/ATIVIDADE	LOCAL DE REALIZAÇÃO	SITUAÇÃO
Componente 1 - Apoio a Instituições e Políticas Públicas para Gestão Integrada do Ecossistema		
Treinamento da equipe técnica (UGP e NGL)	Salvador	Concluído
Criação da Logomarca Mata Branca	Salvador	Concluído
Criação do site Mata Branca	Salvador/Fortaleza	Concluído
Cartilha, Manual de Projetos e Caderno-resumo	Salvador	Concluído
Veiculação de informações na mídia	Salvador	Concluído
Plano de Manejo da APA – Serra Branca	Jeremoabo	Em licitação
Diagnóstico Preliminar para criação de U.C.	Curaçá	Concluído
Diagnóstico Preliminar para criação de U.C.	Itaitim	Concluído
Pesquisa arqueológica	Curaçá	Em andamento
Eventos de divulgação do Projeto	Curaçá, Jeremoabo, Itaitim e C. do Sincorá	Concluído
Componente 2 - Promoção de Práticas de Gestão Integrada dos Ecossistemas		
Levantamento de propostas de subprojetos	Curaçá, Jeremoabo, Itaitim e C. do Sincorá	Concluído
Componente 3 - Monitoramento & Avaliação (M&A), Disseminação e Gestão do Projeto		
Elaboração e desenho do sistema de monitoramento e avaliação	Salvador	Em andamento
Mapeamento georreferenciado do uso e ocupação do solo	Curaçá, Jeremoabo, Itaitim e C. do Sincorá	Não objeção do BIRD
Aquisição de equipamento de informática e outros	Salvador	Concluído
Aquisição de 03 veículos	Salvador	Concluído

Fonte: SEMA

As Tabelas 5 e 6 apresentam os valores das ações previstas e realizadas pelo projeto Mata Branca no Estado da Bahia, durante o ano de 2008, segundo o Plano Operativo Anual – POA, orçadas em US\$ 2 milhões. Os valores de contrapartida do Governo do Estado referem-se a salários dos técnicos da CAR e SEMA, além de custeio.

Foram elaborados Termos de Referência de várias atividades previstas no POA e firmados contratos de consultoria para preparação da linha de base, mapeamento, plano de manejo para UC e diagnósticos prévios para implantação de novas Unidades de Conservação, construindo, assim, a base para um melhor desenvolvimento do projeto no ano de 2009.

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

No âmbito do Projeto de Revitalização do São Francisco, este núcleo vem participando de reuniões técnicas com representantes do Instituto do Meio Ambiente – IMA, Instituto de Gestão das Águas e Climas – Ingá e Ministério Público. As reuniões resultaram, entre outras consequências, na criação do Grupo de Trabalho denominado Geoprocessamento, Tecnologia da Informação e Comunicação – Geotic, no qual a SEMA vem realizando, conjuntamente com os demais órgãos de Governo, as seguintes atribuições:

- levantamento de dados alfanuméricos e geoespaciais (localização de outorgas, localização de licenças e limites de imóveis rurais, entre outros) para apoiar a Nature Conservancy – TNC, na atividade de cadastramento ambiental em propriedades rurais;
- constituição de um Grupo de Trabalho composto por técnicos dos órgãos do Sistema SEMA, juntamente com o Ministério Público Estadual, a fim de sistematizar e centralizar todas as informações coletadas; e
- relacionamento das atividades imprescindíveis para criação, organização e efetivação do Grupo de Trabalho do Sistema SEMA.

Em 2008, foram investidos mais R\$ 27,5 milhões, correspondendo a uma aplicação total de R\$ 31 milhões, em dois anos.

O Programa BioRio São Francisco é constituído dos seguintes componentes, independentes entre si:

- implantação do Campo de Provas, laboratório a céu aberto e em escala real (1:1), que está sendo implantado no trecho de 12 km contínuos do rio São Francisco, entre os municípios de Barra e Xique-Xique, onde já estão sendo testados os dispositivos destinados à estabilização das margens e à regularização da profundidade do rio;
- monitoramento dos dispositivos para contenção de margens em teste no Campo de Provas;
- implantação e monitoramento dos viveiros de mudas e das experiências de recomposição da mata ciliar;

Tabela 5

PLANO OPERATIVO ANUAL DO PROJETO MATA BRANCA BAHIA, 2008

COMPONENTE	PLANO OPERATIVO ANUAL			
	BANCO	ESTADO	COMUNIDADE	TOTAL
Componente 1 - Apoio Institucional e Político para Gestão Integrada de Ecossistemas - IEM	400.000	446.000	0	846.000
Componente 2 - Promoção de Práticas de Gestão Integrada do Ecossistema	222.600	222.600	37.842	483.042
Componente 3 - Monitoramento & Avaliação, Disseminação e Gestão do projeto	373.455	357.500	0	730.955
TOTAL	996.055	1.026.100	37.842	2.059.997

Fonte: SEDIR/CAR/SEMA

(*) Valor do dólar R\$ 1,688 cotado em 20/04/2008, data da internalização.

Tabela 6

DESEMBOLSOS DO PROJETO MATA BRANCA BAHIA, 2008

COMPONENTE	DESEMBOLSOS			
	BANCO	ESTADO	COMUNIDADE	TOTAL
Componente 1 - Apoio Institucional e Político para Gestão Integrada de Ecossistemas - IEM	9.341	29.854	0	39.195
Componente 2 - Promoção de Práticas de Gestão Integrada do Ecossistema	0	0	0	0
Componente 3 - Monitoramento & Avaliação, Disseminação e Gestão do Projeto	306.448	507.159	0	813.607
TOTAL	315.789	537.013	0	852.802

Fonte: SEDIR/CAR/SEMA

- dragagem de 11 passos críticos para a desobstrução do canal de navegação da hidrovía;
- elaboração de projeto executivo e relatório de impacto ambiental para o derrocamento do Pedral do Meleiro;
- projeto e Construção do Comboio de Serviços; e
- aquisição de draga de maior capacidade.

As obras em andamento possibilitarão a elevação do calado das embarcações de 1,5m teórico (nível atual) para 1,8m, garantido durante os 365 dias do ano. Isso permitirá o aumento da capacidade de carga transportada e também da velocidade operacional dos comboios.

O volume médio anual de carga transportada até 22/01/2007, data em que a Companhia de Navegação do São Francisco – Franave, única operadora do transporte fluvial em bases comerciais, que teve sua liquidação decretada pelo Governo da União, poderá passar, no curto prazo, de 75 mil toneladas para 750 mil toneladas, o equivalente a 15 mil caminhões carregados com 50 toneladas de carga.

Esse ganho resultará na absorção de uma pequena parte da demanda reprimida para o transporte de soja, milho e caroço de algodão, produzidos na Bahia, e destinados aos mercados do Nordeste Setentrional e, no sentido inverso, para o transporte de calcário agrícola e de fertilizantes químicos, para o Oeste baiano e para as regiões de Bom Jesus da Lapa e Guanambi. No trecho hidroviário Ibotirama – Juazeiro existe demanda de cargas nos dois sentidos de navegação, uma característica pouco comum na modalidade de transporte fluvial.

PROJETO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA – CCMA

Em 2008, foram realizadas as seguintes atividades:

- validação do mapeamento das informações relativas ao Minicorredor Marinho do Extremo Sul Baiano nos Estados da Bahia e Espírito Santo, onde são destacados os seguintes temas: Base Cartográfica e Unidades de Conservação – UC, Biodiversidade e Ecossistemas, Atividades Socioeconômicas e Mapas Integrados do Setor Costeiro e Marinho;
- confecção de *layouts* relacionados ao CCMA, Áreas focais, Minicorredor, Unidades de Conservação, Cobertura Vegetal, Propostas de áreas protegidas;
- acompanhamento do Termo de Referência para contratação de serviços de consultoria (pessoa física) para moderar oficina de trabalho, que tem como objetivo definir metodologia de trabalho e

produção da legenda para cobertura vegetal, uso do solo e de remanescentes da Mata Atlântica que servirá para o projeto de mapeamento do minicorredor Serra das Onças na escala em 1:25.000, a ser desenvolvido pelo convênio Ministério do Meio Ambiente – MMA/Projetos Corredores Ecológicos – PCE e SEMA/Nugeo; e

- acompanhamento do Termo de Referência relacionado à contratação de um consultor para executar os serviços de consultoria especializada para assessoria de geoprocessamento ao Projeto Corredores Ecológicos.

• Geoportal Bahia

A implantação do Geoportal Bahia é parte integrante de uma ação maior da Comissão Estadual de Cartografia – Cekar, responsável pela construção da Infra-estrutura de Dados Espaciais para o Estado da Bahia – IDE/Bahia, em conformidade com o Decreto Estadual no 9.620, de 1º de novembro de 2005, cabendo ao Grupo de Trabalho de Informações Geoespaciais, vinculado ao Fórum de Gestores de Tecnologia de Informação e Comunicação – Fortic, a elaboração dos Termos de Referência e acompanhamento da execução, em cumprimento ao estabelecido no referido decreto.

• Comissão Estadual de Cartografia – Cekar

A Cekar é responsável pela coordenação, elaboração e implementação da Política Cartográfica Estadual e a manutenção do Sistema Cartográfico Estadual, com vistas à ordenação da aquisição, produção e disseminação de informações geoespaciais para a sociedade brasileira.

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Os Projetos Ambientais têm por finalidade planejar, organizar, coordenar e executar projetos e pesquisas voltados à gestão ambiental, propondo a realização de convênios e acordos com entidades nacionais e internacionais.

PROJETOS E PROGRAMAS

• Projeto Sítios Ecológicos (Manejo Ecológico de Fundo de Pasto)

Projeto de mobilização e formação dos agricultores das comunidades de fundo de pasto em agroecologia e manejo sustentável. Para execução desse projeto, o IMA assinou um convênio com a Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão – Arefase

e fez uma parceria com a Escola Família Agrícola do Sertão – Efase. A primeira fase do projeto foi realizada em 2008, no município de Monte Santo.

São atendidas as comunidades tradicionais do Desterro, Baixas, Bom Será, Lagoa do Saco, Salgado, Capivara, Lagoa da Ilha, Lagoa do Fonseca, Lagoa do Pimentel, Muquém, Paus Verdes, Serra da Bahia, Maravilha, Bento, Monte Alegre e Paredão do Lou. Indiretamente, o projeto beneficia cerca de 320 famílias, 70 agricultores locais e 30 estudantes da Efase.

● Projeto Assentamentos Rurais Sustentáveis

O projeto consiste na criação de modelos de desenvolvimento sustentável para assentamentos rurais vinculados à reforma agrária.

As atividades se realizaram em assentamentos nos municípios de Nova Redenção, Itiúba e Vitória da Conquista, onde foram atendidas em torno de 250 famílias nos assentamentos pilotos.

● Projetos Sementes do Alto Paraguaçu

O projeto contempla a marcação de matrizes florestais na região sul da Chapada Diamantina, visando à obtenção de material genético para posterior uso em projetos de recuperação ambiental, tendo como parceiros organizações da sociedade civil e agroindústrias locais para a realização, em 2008, das seguintes ações:

- marcação e georreferenciamento de matrizes florestais: foram estabelecidas 54 áreas de coleta de sementes;
- aquisição de material de suporte pelo IMA, como: GPS, equipamentos para coleta de sementes, EPIs e material de laboratório;
- treinamento para 25 colaboradores locais, com o objetivo de capacitar multiplicadores para a utilização de softwares livres de geoprocessamento, utilização de GPS, cartas e mapas topográficos; e
- formação de 17 multiplicadores da Ongs Bravos, da empresa Igarashi e de viveiristas do Agropolo Mucugê/Ibicoara.

Além da população dos municípios de Ibicoara, Barra da Estiva e Mucugê, que são diretamente beneficiadas com a geração de renda local por meio da venda de sementes e mudas, a correção dos passivos ambientais gerados pelas empresas da agroindústria local, também será possível com a aquisição dessas mudas. Outro aspecto importante é a conservação dos frágeis solos da região dependentes dos remanescentes que são foco desse projeto.

● Programa de Gestão Integrada da Baía de Todos os Santos

O programa, que faz parte de uma ação prioritária do Governo do Estado, irá aprofundar o conhecimento sobre a Baía de Todos os Santos e contribuir com a recuperação e melhoria de sua qualidade ambiental.

As atividades têm como base quatro eixos: Diagnóstico; Monitoramento e Indicadores; Controle e Fiscalização; e Gestão Socioambiental Integrada.

Como resultados obtidos em 2008, são apontados:

- desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica Regional para projetos do Governo do Estado da Bahia na BTS – em andamento;
- estudo socioambiental para o levantamento da percepção das comunidades do entorno da BTS quanto aos impactos ambientais e riscos potenciais à saúde humana – em andamento;
- mapeamento da atividade de carcinicultura, em parceria com o Ministério Público do Estado da Bahia – em andamento;
- sistematização e georreferenciamento das atividades licenciadas pelo IMA na região – em andamento;
- desenvolvimento do Programa de Monitoramento com foco preventivo relacionado à maré vermelha, desenvolvido na região de Saubara e área estuarina do rio Paraguaçu;
- implantação da Rede de Monitoramento da bacia atmosférica da BTS. Em parceria com a Ufba/Instituto de Química/Fapesb;
- elaboração de Normas Técnicas com impacto positivo no controle da degradação da BTS;
- implantação da Unidade Regional do IMA, em Salinas da Margarida, para atendimento da região, em maio de 2008; e
- parcerias contínuas com programas e projetos socioambientais desenvolvidos pelas setoriais do Governo da Bahia e pela iniciativa privada.

BASES BIORREGIONAIS

Em 2008, o Governo do Estado repassou, através de convênio, para as Universidade do Estado da Bahia – Uneb, Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc e Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs o valor de R\$ 229,5 mil, visando desenvolver projetos de preservação e conservação para os biomas do Estado da Bahia.

Em parceria com a Uesc, foi estruturado e disponibilizado para a sociedade o banco de dados do bioma Mata Atlântica na Bahia e assinado protocolo de intenções com o Centro de Pesquisa do Cacau – Ceplac e a Veracel, visando a ampliação das informações fornecidas.

Foi realizado o IV Seminário do Cerrado, em parceria com a Uneb, quando foi inaugurado o laboratório de sementes nativas do bioma Cerrado e reaberto o herbário. O laboratório de sementes nativas está dando suporte ao viveiro de pesquisas e produção de mudas de plantas nativas do bioma Cerrado. Foram produzidas mais de 51 mil mudas utilizadas para recomposição de áreas degradadas no município de Barreiras. O viveiro tem capacidade para produzir cinco mil mudas/mês.

PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS – PCE

O projeto Corredores Ecológicos, componente do programa piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PPG 7, tem como principal objetivo a conservação in situ da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil, por meio da integração de unidades de conservação públicas e privadas em "corredores ecológicos" selecionados.

As principais atividades desenvolvidas em 2008 foram:

- a) compra de imagens de satélite. Foi realizada aquisição de imagens de satélite da área do minicorredor Serra das Onças, para auxiliar o mapeamento da vegetação e uso do solo desta região, situada no baixo-sul, onde está situada a APA Baía de Camamu;
- b) contratação de serviços de consultoria para capacitação de professores da rede pública de ensino, na área de entorno do Parque Estadual Serra do Conduru;
- c) aquisição de equipamentos em apoio ao Programa de Uso Público do Parque Estadual Serra do Conduru;

- d) contratação de consultoria para revisão do Plano de Manejo da Estação Ecológica – ESEC Wenceslau Guimarães;
- e) contratação de consultor para elaborar programa de capacitação e implementação da prática da meliponicultura (criação de abelhas nativas sem ferrão para produção de mel) na APA da Costa de Itacaré – Serra Grande; e
- f) consultoria para o desenvolvimento do Plano Diretor de Geoprocessamento para a SEMA e posterior desenvolvimento e implementação de um GIS Corporativo.

Implantação dos Minicorredores

Foi lançado, em 2007, o edital PCE – CCMA nº 01/2007, para seleção de projetos de implantação dos minicorredores situados no Corredor Central da Mata Atlântica. O resultado final da seleção de propostas ao edital foi publicado no Diário Oficial da União do dia 06 de maio de 2008. Para o Estado da Bahia, foram aprovados sete sub-projetos das instituições seguintes:

- Associação Flora Brasil/BA – Reconciliando comunidades humanas e paisagens para construção de um futuro sustentável no corredor prioritário Monte Pascoal/Descobrimento;
- Associação para Conservação das Aves do Brasil – Save/SP – Conservação a longo prazo das metas existentes na região de Boa Nova através da implementação de um minicorredor ecológico na Serra da Ouricana;
- Instituto Bioatlântica – IBio/RJ – Corredor Ecológico Pau Brasil – Monte Pascoal: conectando pessoas e florestas;



Programa de Gestão Ambiental

Aristeu Chagas/Agcom

- Instituto Água Boa/BA – Planejando paisagens sustentáveis no minicorredor da Serra das Onças;
- Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia IESB/BA Implementação e Consolidação do Corredor Regional Una/Lontras/Baixão;
- Organização e Conservação de Terras do Baixo Sul da Bahia – OCT/BA – Implementação do corredor Papuã – Pratigi; e
- Instituto Bioatlântica/RJ – Corredor Ecológico Pau Brasil – Monte Pascoal: conectando pessoas e florestas.

Oficina do Programa de Fortalecimento Institucional no CCMA

Durante os dias 18 e 19 de setembro de 2008, aconteceu, em Ilhéus, a primeira Oficina do Programa de Fortalecimento Institucional, no Corredor Central da Mata Atlântica – CCMA. Promovida pelo Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia – IESB, a oficina contou com o apoio do projeto Corredores Ecológicos, The Nature Conservation – TNC e Critical Ecosystem Partnership Fund e representantes da UCE–BA. Durante o evento, foram discutidas questões como o desenvolvimento de capacidade organizacional para o CCMA, incluindo os projetos demonstrativos; Status do projeto Corredores, proposta de modificação do Manual Operacional; o papel das UCEs, Plano de implementação das oficinas de capacitação; e a estrutura de funcionamento da Rede.

GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA – GAC

O Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC cumpre uma diretriz do Governo do Estado da Bahia de descentralizar a gestão pública, fortalecendo os órgãos municipais de meio ambiente para o exercício de sua competência. O programa reúne projetos e atividades de fortalecimento e descentralização da gestão do meio ambiente nos municípios. O lançamento do programa, em abril de 2008, contou com a presença de 250 pessoas, entre prefeitos, representantes dos órgãos municipais de meio ambiente, representantes dos órgãos do Estado e da União, sociedade civil, membros de conselhos e fóruns da área ambiental.

Foram realizados seminários em cinco territórios de Identidade, nos municípios de Salvador, Itabuna, Valença, Jequié e Seabra, com o objetivo de apresentar o programa e de formar o Grupo de Acompanhamento Regional da Gestão Ambiental (G-3) nos referidos Territórios.

O processo de elaboração deste programa resultou no encaminhamento ao Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepram de uma proposta de resolução que tratará do Programa Estadual de Gestão

Ambiental Compartilhada, mediante normas de cooperação entre os sistemas Estadual e Municipal de Meio Ambiente. Junto a esta proposta será encaminhada uma tabela com a nova tipologia de impacto ambiental local dos empreendimentos e atividades, para fins do exercício da competência do Licenciamento Ambiental Municipal.

PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO – PNC

Através do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais, mediante convênio assinado entre a SEMA, o Ministério do Meio Ambiente – MMA e a Petrobras, foram capacitados, em 2008, 226 gestores ambientais.

Um das ações estratégicas da Gestão Ambiental Compartilhada é a capacitação, destacando-se, em 2008, o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC. O público-alvo da capacitação são os gestores ambientais, sociedade civil dos conselhos e vereadores, que têm como objetivo estruturar os sistemas municipais de meio ambiente tendo em vista o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sismana.

Do convênio assinado entre a SEMA, o Ministério do Meio Ambiente – MMA e a Petrobrás, através do PNC foram capacitados 226 gestores ambientais, em 2008, nos municípios listados no Quadro 6.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CEPRAM

Órgão máximo do Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema, o Cepram é composto por 21 conselheiros, organizados de forma tripartite e paritária, que congrega representantes do poder executivo estadual, do setor produtivo e das organizações civis que atuam formalmente em prol do meio ambiente.

Quadro 6

CAPACITAÇÃO DE GESTORES AMBIENTAIS BAHIA, 2008

CIDADE PÓLO	MUNICÍPIO	GESTORES AMBIENTAIS CAPACITADOS
Paulo Afonso	Glória, Jeremoabo e Euclides da Cunha	41
Barreiras	São Desidério, Correntina, Luís Eduardo Magalhães e Barra	39
Senhor do Bonfim	Jacobina, Caldeirão Grande e Jaguarari	39
Valente	Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Santaluz	36
Cipó	Ribeira do Pombal e Tucano	36
Oliveira dos Brejinhos	Macaúbas e Boquira	35
		226

Fonte: SEMA/SPS

No exercício de 2008, o Cepram alcançou a marca da 325ª reunião ordinária, fato este que representa o esforço e o comprometimento de todos os seus integrantes no engajamento das políticas públicas e da gestão participativa, visando, a promoção do desenvolvimento sustentável.

No intuito de fortalecer a relação da SEMA com a sociedade civil, a Secretaria Executiva do Cepram, após definição junto aos conselheiros, elaborou a proposta de organização dos seminários "Cepram 35 Anos – Governança Pública para a Sustentabilidade Ambiental", fazendo deste evento um mecanismo difusor da atual política de meio ambiente do Estado da Bahia.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CONERH

Em 2008, o Conerh comemorou dez anos de fundação e apresentou a proposta de criação de mais duas câmaras técnicas: a de Povos e Comunidades Tradicionais e a de Educação Ambiental e Mobilização Social. Foram realizadas quatro reuniões ordinárias, e duas extraordinárias.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CEMA

A II Cema, organizada no período de novembro de 2007 a março de 2008, através de 16 conferências regionais e da plenária final, realizada de 16 a 18 de março de 2008, em Salvador, teve como tema Mudanças Climáticas, Território e Sociedade. A II Cema reuniu 600 delegados, representando as 16 conferências regionais, contando ainda com o credenciamento de mais de 200 observadores. Foram aprovadas, em plenário, 298 deliberações. Importante ressaltar que a Bahia tornou-se o primeiro Estado do Nordeste a assinar o termo de compromisso Estado Amigo da Amazônia.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Dando prosseguimento às iniciativas geradas em 2007, quanto ao fortalecimento do poder de gestão dos comitês de bacia hidrográfica,

o Governo do Estado criou mais quatro comitês em 2008, sendo eles: Rio Grande, Lago de Sobradinho, Rio de Contas e Corrente. Isso representa um avanço na promoção e difusão da importância da conservação e uso racional das águas, difusão e implementação da política estadual de recursos hídricos. Com a implantação de mais quatro comitês, estabelece-se, assim, mais quatro fóruns públicos, com uma média de 30 membros em cada fórum.

Na Tabela 7, encontra-se a síntese das atividades realizadas pelos novos comitês de bacias no ano de 2008.

Quanto aos comitês já existentes (Comitê de Bacia Hidrográfica do Paraguaçu, do Recôncavo Norte, Salitre, do Leste, Verde e Jacaré e Itapicuru), constatou-se um aumento de 40% na mobilização social comparada ao primeiro ano de Governo, significando um gradativo avanço na gestão participativa do Estado.

ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS

A SEMA desenvolve ações ambientais, também, por meio de cursos de pós-graduação, seminários, treinamentos, ciclos de debates, de palestras e de cursos diversos. Promove também atividades no Forte Nossa Senhora do Monte Serrat, onde está instalado o Memorial Professor Milton Santos e, mensalmente, são realizadas exposições abertas ao público.

ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE PRODUÇÃO MAIS LIMPA (P+L)

No âmbito da estratégia do Governo da Bahia de difundir os conceitos de P+L e de consumo sustentável, destaca-se a articulação institucional para a implementação da Mesa Baiana de Produção e Consumo Sustentável, com a discussão da proposta do seu Regimento Interno e aprovação de três temas a serem desenvolvidos pela mesa: Compras Sustentáveis, Consumo Consciente e Aplicação de P+L em atividades produtivas.

Tabela 7

ATIVIDADES DOS NOVOS COMITÊS DE BACIAS BAHIA, 2008

COMITÊ	MUNICÍPIOS	PESSOAS MOBILIZADAS	ENCONTROS	HABILITADOS
Rio de Contas	86	700	7	185
Rio Corrente	13	600	6	54
Rio Grande	17	800	8	109
Lago do Sobradinho	7	250	2	39
TOTAL	123	2.350	23	387

Fonte: SEMA/Ingá

Ainda com a finalidade de disseminar as tecnologias limpas e, por consequência, a utilização responsável de materiais e tecnologias inovadoras, foi realizado o II Curso de Construção Sustentável, com duração de 40 horas, contando com a participação de 315 profissionais, entre arquitetos, engenheiros, biólogos, estudantes, representantes de órgãos públicos, organizações não-governamentais e outros segmentos.

REALIZAÇÃO DE CURSOS SOCIOAMBIENTAIS

Foram promovidos diversos eventos, ao longo de 2008, como cursos, seminários, palestras, debates, oficinas e treinamentos referentes à temática socioambiental, com mais de quatro mil participantes. Entre os eventos, destacam-se:

- palestra Uma Visão do Habitar com representantes da certificadora Italiana de Eficiência Energética – Casaclima;
- programa Quintas Feiras Ambientais: foram realizadas quatro palestras, com 501 participantes, representando 109 órgãos públicos, privados e outros segmentos da sociedade;
- cursos para os Delegados da III Conferência Ambiental;
- educação Ambiental para Professores da Rede Estadual e Municipal, e Escolas e Agentes Comunitários da Península de Itapagipe em parceria com o Núcleo Institucional de Itapagipe – NAI;
- módulo II do Curso Treinamento para o Licenciamento Ambiental em diversos municípios;
- oficinas de educação ambiental para o Programa Fiscalização Preventiva Integrada – FPI, em Guanambi e Santa Maria da Vitória;
- oficinas preparatórias para audiências prévias e pública, visando a qualificação da participação das comunidades municipais envolvidas nos empreendimentos em processo de licenciamento ambiental no IMA;
- seminário sobre o tema Produção e Consumo Sustentável: Os Dois Lados da Mesma Moeda; e
- curso Saúde Ambiental e os cursos em Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono.

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO COSTEIRO – GERCO

O Gerco está na Bahia desde 1988, com o suporte do Ministério de Meio Ambiente, sendo instituída a Coordenação Estadual, em 14 de março de 2008, através do Decreto nº 10.969.

O objetivo do Programa de Gerenciamento Costeiro é fortalecer a transversalidade, promover a articulação institucional e integrar ações

entre os diversos segmentos, internalizando e descentralizando diretrizes e instrumentos de apoio à gestão da zona litorânea do Estado, no âmbito dos municípios costeiros. A sua abrangência corresponde a 53 municípios do Estado, em uma área territorial de 39.451,423km², com uma extensão litorânea de 932km.

Suas principais áreas de atuação são as seguintes:

- Desenvolvimento socioeconômico-ambiental-cultural;
- Desenvolvimento Urbano;
- Turismo;
- Unidades de Conservação; e
- Preservação dos ecossistemas costeiros e do patrimônio sociocultural;

No exercício de 2008, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- disponibilização de acervo de informações físicas e digitais sobre todo o litoral baiano, no Instituto de Meio Ambiente;
- diagnósticos oceanográficos/zoneamento/Desenvolvimento Urbano e Turístico para o Litoral Norte do Estado;
- concluídos os Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla nos municípios de Conde e Ilhéus – parcerias MMA/Ministério do Planejamento e Gestão Pública/Secretaria do Patrimônio da União;
- estudos preliminares para a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro – ZEEC no âmbito do ZEE, contendo relatório de qualidade ambiental costeira, indicadores ambientais costeiros, estudos na zona costeira e apoio a gestão ambiental compartilhada nos municípios; e
- capacitação da Comissão Técnica Estadual – CTE/Orla (Salvador).

COMISSÃO INTERSETORIAL DE PURIFICAÇÃO DE SANTO AMARO

A SEMA participa da Comissão Intersetorial de Purificação de Santo Amaro, sendo instituída com o objetivo de propor e implementar ações que contribuam para a transformação do atual quadro socioambiental e de saúde do Município de Santo Amaro da Purificação.

Nas reuniões sucessivas realizadas com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI e demais órgãos que compõem a Comissão, apresentaram-se as demandas de elaboração de um Plano de Educação Ambiental em Saneamento e Ações em Saúde para Santo

Amaro. Também foi apresentado um Termo de Referência que visa desencadear um processo de Educação Ambiental – EA em saneamento, por meio de ações intencionais que possibilitem à população de Santo Amaro, exposta aos metais pesados, organizar-se e atuar com protagonismo na condução do atendimento a demandas em saneamento, pautadas em suas reais necessidades, em conformidade com o marco regulatório da Lei Federal nº 11445, de 05/01/2007 (Lei do Saneamento) e com o Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento.

FÓRUM KAIMBÉ DE DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUSTENTABILIDADE ECOSOCIOCULTURAL DO TERRITÓRIO

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, instituída pelo decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, enfatizando o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, além de valorizar suas identidades, formas de organização e instituições.

Com a finalidade de conceber e fortalecer políticas públicas de Educação Ambiental para as comunidades tradicionais, a SEMA resolveu apoiar a realização do I Fórum Kaimbé de Diretrizes de Políticas Públicas para Sustentabilidade Ecosociocultural do Território, proposto pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, com o grupo indígena Kaimbé, situado no município de Euclides da Cunha. A ação proposta tem como objetivo principal elaborar planos e diretrizes para as políticas públicas e gestão do uso, preservação, defesa da água e

sustentabilidade ecosociocultural de forma colaborativa com a própria comunidade Kaimbé.

PROGRAMA PÓLO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

O Programa de Pólo Florestal Sustentável visa promover o desenvolvimento econômico sustentável da atividade florestal; ampliar a oferta de madeira plantada; a diminuição da pressão sobre as florestas nativas; a recuperação de terras degradadas, alteradas e subutilizadas; e, associar o suprimento de madeira e lenha à conservação e restauração de matas ciliares e reserva legal.

Foi firmado Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Estadual da Bahia – Uesb, para o período de 2008–2010, conforme Tabela 8, e através dos projetos elaborados, neste ano, foram incentivados o plantio de nove mil hectares.

Em 2008, foram realizados seminários nos municípios de Jequié, Jaguaquara, Itiruçu, Itagi, Lafayette Coutinho e Maracás, com visitas técnicas às propriedades rurais interessadas no projeto técnico, já tendo 990ha vistoriados para plantio e aproximadamente 400ha já plantados.

Foram assinados três convênios com entidades locais para implantação dos viveiros de mudas. Também foi implantada, neste ano de 2008, o Escritório Regional de Valença, que atuará na Gestão das Unidades de Conservação do Baixo Sul, e diretamente no planejamento e implantação de um Pólo Florestal na respectiva região, tendo sido iniciadas ações para implantação do pólo, a partir do zoneamento da região com a caracterização do solo, clima e cobertura vegetal.

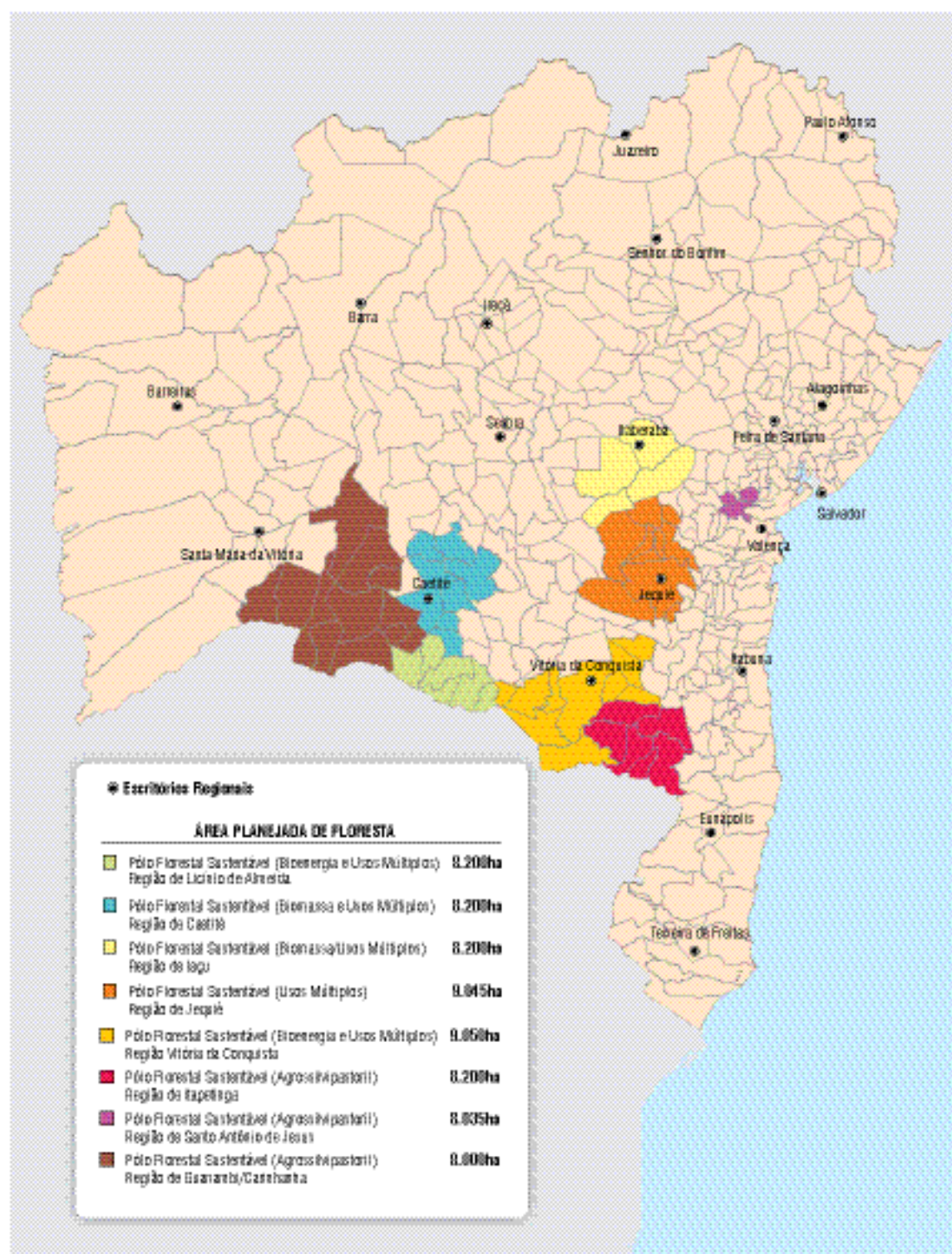
Tabela 8

MUNICÍPIOS ATENDIDOS – CONVÊNIO SEMA-UESB BAHIA, 2008

MUNICÍPIO	PROJETOS ELABORADOS E FOMENTADOS COM 1,0HA	PROJETOS ELABORADOS E FOMENTADOS COM ATÉ 50HA	PROJETOS ELABORADOS E FOMENTADOS DE 50 A 100HA	PRODUTORES ATENDIDOS
Jequié	10	20	5	35
Lafayette Coutinho	5	10	5	20
Jaguaquara	5	15	5	25
Itiruçu	5	15	5	25
Manoel Vitorino	5	5	5	15
Itagi	5	15	5	25
Maracás	5	15	5	25
Irajuba	5	5	5	15
TOTAL				185

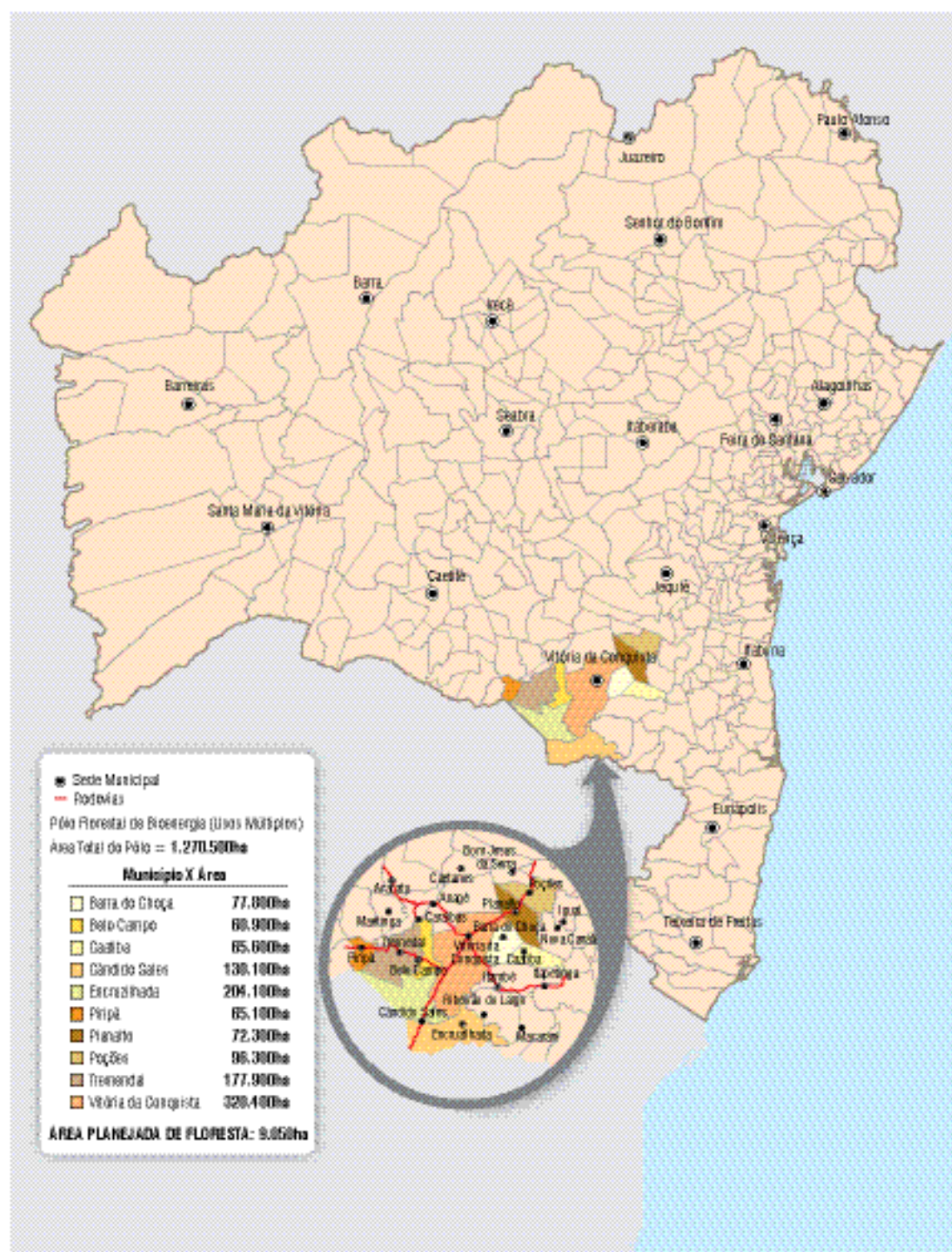
Fonte: SEMA

Mapa 2

PÓLOS FLORESTAIS SUSTENTÁVEIS
BAHIA, 2006

Fonte: SEMAS/D

Mapa 3

PÓLOS FLORESTAIS SUSTENTÁVEIS
BAHIA, 2006

Fonte: SEMA/SFC

PÓLOS FLORESTAIS SUSTENTÁVEIS
BAHIA, 2006



O Programa Floresta Bahia Global é uma iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA e visa à promoção de ações de recuperação da cobertura vegetal dos biomas baianos e a descarbonização das atividades humanas, promovendo o seqüestro de carbono e contribuindo para a minimização dos efeitos das mudanças climáticas. Esse programa visa à criação de marco regulatório e metodologia de referência para a adoção de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL, com a emissão de títulos equivalentes aos Certificados de Emissões Reduzidas – CERs, denominados no âmbito do programa de Créditos de Carbono Zero – CCZs, conforme fluxograma.



estaduais, visa fomentar a geração de conhecimentos científicos para espécies nativas, com potencial madeireiro, alimentar e/ou medicinal e apoiar a implementação de linhas de pesquisas concernentes à área agroambiental com abordagem multidisciplinar e a incorporação dos resultados das pesquisas às ações em unidades de conservação e comunidades rurais, visando o desenvolvimento local sustentável. Para tanto, serão otimizados centros de estudos das universidades estaduais, consolidando-os como Centros Agroambientais, quais sejam:

- Centro Agroambiental da Uneb/Unidade Caatinga – Paulo Afonso
- Centro Agroambiental da Uesb/Unidade Mata de Cipó/Mata Atlântica – Jequié
- Centro Agroambiental da Uefs/Unidade Caatinga/Chapada – Feira de Santana
- Centro Agroambiental da Uesc/Unidade Mata Atlântica – Ilhéus
- Centro Agroambiental da Uneb/Unidade Cerrado – Barreiras
- Centro Agroambiental da Uesb/Unidade Mata de Cipó/Chapada – Vitória da Conquista

- Centro Agroambiental da Uneb/Unidade Mata Atlântica – Alagoinhas

Desta forma, foi firmado o Protocolo de Intenção entre a SEMA, a SECTI, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb e a Uesb (Jequié), a Uesc (Ilhéus) e Uneb (Paulo Afonso, Barreiras e Alagoinhas), em parceria com a Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – Sucab, para a formalização do convênio e abertura de licitação para início das obras de implantação de Centros Interdisciplinar de Pesquisa Agroambiental – Cipam.

PROJETO AGENDA 21 BAHIA

O Projeto Agenda 21 Bahia foi lançado em 2008 e é uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR. Esse projeto visa promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social, além de garantir a sustentabilidade ambiental do Estado. O Projeto Agenda 21 Bahia vai direcionar suas ações em oito Territórios de Identidade (Oeste Baiano, Chapada Diamantina, Metropolitano de Salvador, Recôncavo, Baixo Sul, Litoral Sul e Semi-árido Nordeste II e Itaparica) que possuem Unidades de



Centro de Pesquisas Agro-Ambientais

Programa Floresta Bahia Global

Sub-Programa: Rede Baiana de Conservação e Restauração Florestal - RedeFlora



Secretaria de
Ciência, Tecnologia
e Inovação | Secretaria do
Meio Ambiente



Lançamento do Projeto Agenda 21

Manu Dias/Agcom

Conservação – UC, e busca promover e articular debates com todos os atores sociais, conselheiros estaduais e gestores das referidas UCs, para a construção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável com foco na preservação da biodiversidade.

O município de Rio de Contas, na Chapada Diamantina, se destacou na construção da Agenda 21 Bahia. Cabe citar a Agenda 21 de Cajazeiras e a Agenda 21 de Itapua, como experiências em construção.

• Núcleo de Soluções e Tecnologias Sustentáveis – NSTS

Tem como principal objetivo promover discussões, assim como viabilizar práticas integradas sustentáveis no âmbito das ações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, de forma a aplicar os princípios das cidades sustentáveis.

Ao longo de 2008, o NSTS deu continuidade à realização dos fóruns de Idéias Sustentáveis com três fóruns realizados, neste ano, totalizando seis fóruns, entre 2007 e 2008.

INSPEÇÕES TÉCNICAS AMBIENTAIS

Salinas da Margarida

A necessidade de inspeção surgiu como forma de regularizar a situação de áreas invadidas na região. Durante as inspeções foi possível identificar a melhor área para implantação de empreendimento, emitindo relatório com parecer técnico.

Morro do Chapéu

A inspeção foi realizada, atendendo a uma solicitação da população do povoado de Tareco, localizado no Município de Morro do Chapéu, com o objetivo de avaliar o nível de degradação ambiental que vem ocorrendo nessa região. Essa degradação é causada pelo aumento de obras de construção de casas e bares no entorno de um pequeno balneário que vem atraindo muitas pessoas em busca de divertimento e lazer.

O esgotamento sanitário vem sendo realizado com o uso de fossas sépticas, que se proliferaram nos últimos anos, o que pode causar danos aos lençóis freáticos. Os resultados desta inspeção ambiental foram registrados, e deverão nortear futuras ações de saneamento básico no local.

Itaberaba, Morro do Chapéu, Valença, Itabuna e Bom Jesus da Lapa

Durante o período de 2008, a SEDUR, em parceria com o Instituto de Meio Ambiente – IMA, realizou inspeções ambientais em áreas destinadas à implantação de abatedouros nos municípios de Itaberaba, Morro do Chapéu, Valença, Itabuna e Bom Jesus da Lapa.



Inspeção técnica

SEMA/Ascom